



INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

GREICE DA SILVA CARVALHO

**A PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RUA, QUEM SE IMPORTA?  
Análise da produção científica brasileira sobre pessoa idosa em  
situação de rua**

Porto Alegre  
2021

GREICE DA SILVA CARVALHO

**A PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RUA, QUEM SE IMPORTA?  
Análise da produção científica brasileira sobre pessoa idosa em  
situação de rua**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Políticas Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.  
Orientador: Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos.

Porto Alegre  
2021

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Reidel (PPGPSSS/UFRGS)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica Bohm (PPGPSI/UCS)

---

Prof. Dr. Johannes Doll (PPGEDU/UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

Ingressar no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS não foi fácil, mas chegar à escrita desta pesquisa com certeza também não foi uma tarefa simples. Ao contrário, foi um caminho árduo, com alguns percalços e cheio de idas e vindas. O processo se deu com sucessivas aproximações e, também, sem sombra de dúvidas, afastamentos. Inclusive tendo que conviver com o falecimento do orientador desse processo, professor doutor Sergio, que partiu quando se aproximava do fim da escrita desta dissertação.

Ser psicóloga, ter atuado durante muitos anos na assistência social, atuando com muitos profissionais que falavam e atuavam com amor, empenho e dedicação foi com certeza a maior fonte de me enriquecer e me desafiar do fazer psi. Uma das inquietações que tomam conta de mim é que talvez este mestrado não me ajude na carreira profissional, mas, com toda a certeza, algo que me deixa muito feliz é ter concluído esse processo, numa área em que amo atuar e sobre a qual amo debater.

Ser a primeira pessoa da minha família a ingressar na universidade, com auxílio de bolsa de estudo, já foi em 2005 uma ruptura com todo o processo de força de trabalho braçal realizado pela minha família, assim como a maioria das famílias brasileiras. O mestrado na UFRGS, com muito orgulho e conquista pessoal, foi possível de se concretizar. Minha família talvez nem entenda o que isso significa, afinal, o que é mesmo o espaço da academia, que está tão distante de todo o processo e realidade da minha família? Afinal, sigo até hoje, sendo a única pessoa que ingressou numa universidade.

Sou muito grata e feliz por todos que encontrei em minha jornada de trabalho e estudo, compreendo que o trilhar na assistência social, por anos, antes de voltar à academia, tornou-me alguém melhor e mais qualificada para chegar aonde cheguei.

Lembro-me como se fosse hoje o dia da entrevista do mestrado. Foi o dia da cirurgia do meu filho. Com apenas dois meses de vida, Gregori precisou fazer um procedimento cirúrgico para retirada de catarata congênita. Foi um dos dias mais difíceis da minha vida, entregar o meu filho para uma sedação e intubação nas mãos de uma equipe inteira para operá-lo. Logo que saímos da sala de cirurgia, me desloquei para UFRGS para a entrevista de admissão. Uau, que dia!

Não tinha como ser diferente: dedico esta pesquisa ao meu filho Gregori, que a cada dia me faz ser uma pessoa melhor, com muitos desafios, amor e resiliência.

Que incrível poder trilhar, assistir às aulas, escrever, ler e reescrever contigo em meu colo. Gregori, tu te tornaste a razão de tudo, obrigada por entender, mesmo tão pequeno, que a mãe precisou se afastar para estudar e trabalhar. A mãe te ama e estará sempre ao teu lado.

Não menos importante, meu agradecimento mais que especial ao meu melhor amigo e meu companheiro de vida há 17 anos, aquele que escolhi para trilhar comigo essa árdua caminhada da vida, Alexsander Costa, meu marido. Que esteve ao meu lado apoiando, respeitando, incentivando e brigando para que esta pesquisa se materializasse. Meu amor e minha admiração por ti, por incrível que pareça, aumentam a cada dia. Minha eterna gratidão por ter cuidado e apoiado todo o processo. Te amo muito!

Agradeço à minha sobrinha Eshilei, com sua organização, que muitas vezes cuidou do Gregori, apoiou e lembrou: “tia, não vai escrever?”. Eshilei, te amo infinitamente!

Agradeço aos meus pais, que, mesmo sem entender, puderam algumas vezes tomar conta do Gregori para que eu trabalhasse e estudasse.

À minha sogra, Neusa, que cuidou do Gregori, proporcionando meu crescimento.

A Peterson Costa, meu cunhado, que é uma das minhas fontes de inspiração, que muitas vezes trocamos ideias e pude me inspirar.

À minha amiga Elizabeth, a Beth, que é minha amiga, parceira e confidente. Amiga, tu és uma das maiores incentivadoras de todas as horas. Te amo!

A todos os professores que tive ao longo da minha vida, foram todos os seus ensinamentos que me fizeram chegar até aqui.

Minha gratidão a todos os professores do PPG, que me auxiliaram nesta caminhada. À professora Tatiana Reidel, pela oportunidade de atuar no estágio docente em suas aulas.

Meu agradecimento especial aos professores da banca. Todo conhecimento e toda troca são fundamentais para meu crescimento. Muito obrigada professores Tatiane, Verônica e Johannes.

Agradeço à Cassiane Amaral, pela grande oportunidade de ter me tornado professora. Obrigada pela amizade, junto, junto, junto.

Aos “amigos pecadores”, grande grupo com muitos debates. Amigos queridos, mesmo discordando vocês me inspiram: Camila, Priscila, Alex, Thiago e Tiago.

À amiga e colega Cíntia Marques, por todas as trocas, orientações, debates e encontros, muitos por telefone. Que grata surpresa que o mestrado proporcionou conhecer a ti e a tua mãe. Obrigada por ter segurado a minha mão.

À Marina, por toda troca e disposição em auxiliar, parceira de aulas, encontros e grupo na ajuda mútua.

Por último e não menos especial, uma pessoa com toda humildade e sabedoria: ao meu querido orientador, um professor digno deste título, professor Sergio. Obrigada por todo o ensinamento, o respeito e toda a dedicação. Sem o senhor, esta pesquisa não teria se concretizado. Sua leveza em conduzir o processo é fantástica! Que alegria poder dizer que fui sua orientanda, minha eterna gratidão.

## RESUMO

O estudo busca analisar as produções brasileiras sobre a pessoa idosa em situação de rua, a partir da busca em plataformas digitais. Assim como, investigar as principais temáticas das produções e os referenciais bibliográficos, as profissões e as características dos autores que produzem sobre a temática da população idosa em situação de rua. Foram utilizadas três plataformas para a análise das produções encontradas, após uma mineração dos dados. Enquanto metodologia, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica sistemática do tipo integrativa. A pesquisa foi construída a partir da busca de palavras-chave, sendo utilizados os descritores “idoso” e “rua”. A partir dos resultados dessa extração de dados, foram realizadas as leituras dos resumos e dos títulos de artigos, dissertações e teses sobre a temática desta pesquisa. As plataformas utilizadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT - BDTD), o Portal de Periódicos da CAPES e o 1findr, sendo encontrado um total de 1.612 obras. Após o refinamento das produções conforme os critérios de inclusão e exclusão, foram elencados aqueles trabalhos que estudaram, de fato, sobre a população idosa em situação de rua, totalizando 16 obras. Estas foram lidas na íntegra para melhor compreensão e problematização a respeito da temática desta pesquisa, a população idosa em situação de rua. Dessa maneira, puderam ser criadas e debatidas algumas categorias e alguns conceitos de análise, como a pessoa idosa, o processo de rualização e a falta de dados e de políticas públicas efetivas. Também, buscou-se a identificação dos referenciais bibliográficos mais utilizados. Ademais, foi realizado um levantamento sobre os tipos de pesquisas com a temática população em situação de rua, a fim de problematizar a falta de produções sobre a temática. A pesquisa aborda os tópicos das produções analisadas, com a finalidade de trazer à tona a discussão sobre a falta de interesse ou de políticas públicas efetivas na especificidade da pessoa idosa em situação de rua. Constatou-se a escassez de dados e materiais bibliográficos, demarcando a importância deste tema que, ao longo dos anos, vem sendo pouco estudado e debatido, seja por profissionais, seja pela sociedade civil, seja pelo Estado.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Políticas Sociais; Pessoa idosa em situação de rua; Rualização; Pessoa idosa.

## ABSTRACT

The study seeks to analyze Brazilian productions about elderly people living on the streets, based on a search on digital platforms. As well as investigating the main themes of the productions and bibliographic references, the professions and characteristics of the authors who produce on the theme of the elderly population living on the streets. As methodology, a systematic bibliographic review of the integrative type was developed. The search was made in three digital libraries using keywords, with the descriptors “elderly” and “street.” From the results of this data extraction, abstracts and titles of articles, theses and dissertations were read. The platforms used were the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT - BDTD), the CAPES Scientific Journals Gateway and 1findr, with 1,612 works being found. After refining the production according to this research criteria, those texts that studied the elderly population living on the streets were listed, totaling 16 works. These texts were read entirely for a better understanding and problematization regarding this research's theme, the elderly population living on the streets. Some categories and concepts of analysis were built and debated, such as the elderly, the process of homelessness and the lack of data and effective public policies. Also, we sought to identify the most used bibliographic references. Furthermore, a survey was conducted on the types of research about the homeless population, in order to problematize the lack of production on the subject. The research addresses the topics of the analyzed texts, with the purpose of highlighting the discussion about the lack of interest or effective public policies in the specificity of elderly people living on the streets. As a result, we observed a shortage of bibliographic data and materials, emphasizing the importance of this topic, which over the years has been little studied and debated, whether by professionals, by civil society, or by the state.

**Keywords:** Aging; Social politics; Elderly person living on the streets; Homelessness process; Elderly.





## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3 – Total de produções encontradas e total de produções analisadas	Erro!
<b>Indicador não definido.</b>	
Gráfico 4 – Total de produções encontradas sobre população em situação de rua	29
Gráfico 5 – Levantamento do tipo de metodologia utilizado nos trabalhos de pessoas em situação de rua	32
Gráfico 6 – Esquema gráfico das citações entre os autores das produções analisadas	41
Gráfico 7 – Nuvem de palavras das produções analisadas	44
Gráfico 8 – Esquema dos objetivos da pesquisa com os capítulos desenvolvidos	45
Gráfico 1 – Projeção da população idosa no Brasil	54
Gráfico 2 – Comparações das projeções da população envelhecida com outras faixas etárias	55

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Palavras-chave e número de produções encontradas	23
Quadro 2 – Informações dos trabalhos analisados	34

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pessoas em situação de rua com a classificação de faixa etária

77

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 A CONSTITUIÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>20</b>
2.1 INÍCIO DO PERCURSO	20
2.2 O DESVENDAMENTO DA REALIDADE DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR DA APLICAÇÃO DA PESQUISA	24
<b>3 COMPREENDENDO AS PRODUÇÕES ENCONTRADAS</b>	<b>33</b>
3.1 EVIDENCIANDO O PROCEDIMENTO ANALÍTICO	33
3.2 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
<b>4 EXPLORANDO AS PRODUÇÕES ENCONTRADAS</b>	<b>43</b>
4.1 AS PRODUÇÕES	43
4.2 A ESCASSEZ DE DADOS E LITERATURA ESPECÍFICA	45
<b>5 O ENVELHECIMENTO, A PROTEÇÃO SOCIAL OU A DESPROTEÇÃO E A RUALIZAÇÃO</b>	<b>49</b>
5.1 O ENVELHECIMENTO	49
5.2 A PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RUA	57
5.3 O ABANDONO	61
5.4 PROTEÇÃO SOCIAL OU DESPROTEÇÃO SOCIAL	65
5.5 RUALIZAÇÃO	72
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao transitar pelas ruas da capital do Rio Grande do Sul, local onde enquanto pesquisadora tenho vivido e vivenciado as diferentes atividades laborais, pode-se observar pessoas utilizando as ruas de diferentes formas. Aquelas que utilizam o espaço da rua a passeio, outras que transitam muito rapidamente a fim de chegar a algum lugar. Também, percebem-se algumas pessoas que estão no processo de rualização, que fazem da rua seu espaço de trabalho. Há, ainda, as que ressignificam o espaço público tornando seu espaço privado. É o caso de pessoas que acabam morando em vias públicas das cidades.

Uma perspectiva observada no cotidiano são pessoas que utilizam a rua como espaço para passar seus dias e até mesmo pernoitar – ou seja, têm este espaço público como seu espaço privado, tornando-o sua residência. Essas pessoas são o público de nosso interesse para pesquisar e, dentre elas, aquelas de sessenta anos ou mais. Pensando nas pessoas idosas em situação de rua, buscou-se entender as produções que foram publicadas nas bases bibliográficas de busca.

Ao entender, pela vivência de trabalhadora da Rede Assistencial de Porto Alegre, uma importante lacuna de materiais que tratam das pessoas em situação de rua, surge o interesse nessa temática e em pensar a pessoa idosa como sendo um público que pode estar duplamente vulnerável e que carece de atendimento especializado.

Por isso, a temática da pessoa idosa em situação de rua se torna objeto de interesse, para compreender e problematizar a quantidade de produções que podem ser encontradas nas bases de dados. Analisando os conceitos encontrados sobre a população idosa em situação de rua e as principais temáticas relacionadas à população em situação de rua. Identificando os referenciais bibliográficos utilizados pelas produções analisadas e as profissões e características dos autores que produzem sobre a pessoa idosa em situação de rua.

A pessoa idosa em situação de rua foi foco desta pesquisa. Para compreendermos como essas pessoas buscam estratégias para a sobrevivência num espaço público que se torna privado, considera-se que, a cada dia que passa, os índices e as projeções mostram o aumento significativo da expectativa de vida. Portanto, a forma como tem sido vivenciado o processo de envelhecer estando ou indo para as ruas foi uma das inquietações que abarcam essa pesquisa.

Considerando que alguns questionamentos permearam a construção desta pesquisa, uma das indagações relevantes foi o quanto os profissionais têm como foco o estudo de pessoas idosas em situação de rua. Em relação às pessoas idosas, compreende-se que estas estão vivenciando momentos e situações específicas do ciclo vital, que precisam de apoio e políticas públicas que deem conta do envelhecimento, aqui considerado como um processo constante e não estanque.

No intuito de se familiarizar com a realidade dos serviços e dos profissionais que atendem as pessoas idosas em situação de rua, ainda quando esta pesquisa se tratava de um projeto com entrevistas, foram realizados alguns contatos com a Rede de Atendimento do município de Porto Alegre. Por compreender a importância de alguns dados e relatos trazidos, mesmo que de forma sucinta, entendeu-se que esta articulação e esta busca dos dados de realidade não poderiam ficar fora da escrita desta pesquisa, mesmo que não mais realizando uma busca das histórias de vidas das pessoas idosas em situação de rua no município de Porto Alegre, mas passando a articular esta mesma temática nos referenciais bibliográficos a nível nacional.

Uma das ações foi a visita na Casa Lar de Idosos, única do município de Porto Alegre totalmente gratuita. No diálogo com a coordenadora do local, foi possível constatar que, atualmente, todas as pessoas idosas que lá se encontram são oriundas das ruas da capital. São oportunizadas 24 vagas, aportando pessoas idosas com grau de dependência I.<sup>1</sup> Essas vagas ficam preenchidas na maior parte do tempo. A coordenadora refere as dificuldades de encontrar materiais sobre a temática, assim como a complexidade que percebe em montar as equipes qualificadas, por ser um tema que mobiliza os trabalhadores.

A coordenadora comenta as suas percepções sobre os idosos que lá estão. Estes permaneceram anos em situação de rua e acabaram indo para espaço protetivo somente quando “cansados” da situação de rua. Há um longo trabalho das equipes de abordagem e dos espaços de acolhida.

Outra questão que a coordenadora explicita é que as pessoas idosas que passam parte da sua vida nas ruas acabam por conhecer muito bem os serviços ofertados pela prefeitura e pelas instituições da sociedade civil. Por terem esta historicidade na rua, são ou foram atendidos por várias equipes. Na caminhada de

---

<sup>1</sup> Grau de dependência I abrange idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda (BRASIL, 2005).

cada uma dessas pessoas idosas, elas acabam por acessar e saber onde buscar auxílio quando não estão bem ou quando decidem não mais pernoitar na rua.

Com o objetivo de obter dados sobre a população idosa em situação de rua, foi realizada uma reunião com técnicos da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), especificamente na Proteção Social Especial (PSE).<sup>2</sup> No diálogo, as técnicas deixam claro que não há dados sobre o público. Apenas informam o número de vagas disponíveis. Outros dados, como pessoas em situação de rua, número de acesso aos albergues ou pessoas que não conseguem acessar o serviço, não estão disponíveis.

Também, deixam claro que, naquele setor, o público atendido são pessoas idosas que têm a intenção de ir para espaços protetivos e, a partir desta motivação, são trazidas pelas equipes das ruas ou equipamentos. O trabalho de inserção em algum local se inicia com a busca de vagas.

Referem diagnosticar, como um dos grandes desafios, a reinserção dos idosos em espaços que não o da rua, por conta de uma cultura enraizada das vivências e das estratégias lançadas para sobreviverem na rua. Comentam a dificuldade de encontrar espaços para as pessoas idosas que possuem grau de dependência, principalmente o grau de dependência III.<sup>3</sup>

Outra questão levantada é o abandono dessas pessoas idosas por parte das suas famílias. Em muitos casos, os benefícios recebidos acabam por ser o vínculo entre a pessoa idosa e sua família. Há relatos de que existem muitos casos de furto de benefícios ou aposentadorias, dinheiro esse que não permanece com as pessoas idosas, e muitos são colocados para fora de suas residências.

Não sabem precisar dados, não há cadastro ou plataforma que registram estes indivíduos. Citam a pesquisa realizada pela UFRGS em parceria com a FASC, que resultou em um relatório que foi entregue no ano de 2016, com a titulação de *Estudos quanti-qualitativos população em situação de rua de Porto Alegre*. Esta será citada neste projeto na seção 2.5.

---

<sup>2</sup> A Proteção Social Especial realiza acompanhamento socioassistencial às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos por ocorrência de violência física e/ou psicológica, negligência, maus tratos, abandono, violência sexual, abuso e/ou exploração sexual, situação de rua e mendicância, vivência de trabalho infantil, entre outras violações. Acolhe, orienta e acompanha adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

<sup>3</sup> Grau de dependência III abrange idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo (BRASIL, 2005).



Ao iniciar esta aproximação com os serviços, estudando a temática e a partir da minha própria vivência com as pessoas em situação de rua, vários questionamentos surgem. O que ocorre com a população adulta em situação de rua que transiciona para outra faixa etária? As pessoas idosas buscam espaços protetivos? Por que as pessoas idosas ficam menos visíveis? Como se dá o acesso das pessoas idosas em situação de rua às Redes? A pessoa idosa faz parte da Rede de Apoio de outras pessoas? Essas pessoas estão em situação de rua ou não? Quais as percepções dos autores que estudam sobre a temática da pessoa idosa em situação de rua?

Esses questionamentos e tantos outros que surgiram, em um primeiro momento, seriam sanados por meio de uma pesquisa qualitativa nas ruas de Porto Alegre, podendo ser realizadas entrevistas com as pessoas idosas em situação de rua. Entretanto, com as mudanças que ocorreram em todo o mundo com a pandemia de COVID-19, com decretos, orientações sanitárias e governamentais para se manter o isolamento, a atual pesquisa precisou ser redefinida. Buscaram-se, então, nos materiais bibliográficos, os estudos que foram realizados com a temática pessoa idosa em situação de rua.

Considerando a pandemia e todo o movimento econômico que ocorre nos anos de execução desta pesquisa, outro questionamento que surge, juntamente a uma preocupação, é o quanto se pode inferir que os números de pessoas em situação de rua, estes que já não são claros e fidedignos, devem aumentar em função das vulnerabilidades aumentadas. As pessoas estão passando por processos de desemprego, falta de moradia, muitas mortes e tantos outros aspectos que podem ser considerados para o aumento da pobreza e do início do processo de rualização que muitas pessoas devem começar a fazer por falta de alternativa em função da pandemia.

Fica, desde o início dessa produção, a constatação da falta de dados estatísticos que consigam abarcar as pessoas em situação de rua e da supressão de dados oficiais que mostrem quantas pessoas vivem nas ruas e pernoitam sob marquises, nos bancos de praças, nas calçadas, usando papelões e jornais como cobertores e colchões. Se não conseguimos quantificar e qualificar as pessoas que estão nas ruas e utilizam este espaço como sendo suas residências, como

conseguiremos pensar e efetivar políticas públicas que pensem e auxiliem as pessoas em situação de rua a ressignificar e até superar o estar na rua?

A problemática da pessoa idosa em situação de rua é algo que traz consigo muitas demandas para pensar, inclusive olhar e debater sobre os profissionais que estudam esta área e a dificuldade de se encontrar um volume de pesquisas e estudos sobre a população desta pesquisa. Poder pensar sobre as características desses autores, entender se estes se citam entre si e, assim, criar inferências da falta de produções específicas são elementos que surgem com as reflexões e as ações de busca de materiais para subsidiar esta pesquisa. Como, para esta pesquisa, constatou-se essa falta de subsídios, uma questão que surge é se essa falta de produções não acaba por comprometer a qualidade e a efetividade dos atendimentos prestados à população idosa em situação de rua. Se não possuímos uma quantidade significativa de arcabouço teórico, dados e estudos sobre a área, isso pode se tornar uma falta para o todo, não só no campo da discussão, mas também no fazer do dia a dia.

Poder-se-á verificar se as produções que existem estão entendendo a pessoa idosa em situação de rua sob os mesmos conceitos e se o que é relevante para cada autor se intersecciona com o que outros autores estão entendendo e problematizando. Esse questionamento traz à tona a importância de olhar para essas produções e analisá-las, para compreender como os autores trazem o entendimento da pessoa idosa em situação de rua.

A fim de compor a formulação central do problema e os objetivos, elencaram-se algumas questões norteadoras para esse processo: como a temática da população da pessoa idosa em situação de rua está sendo contemplada na produção científica brasileira? A pessoa idosa em situação de rua é um tema pesquisado pelos profissionais de que área de estudo? A temática da pessoa idosa em situação e rua tem conceitos semelhantes em suas obras?

Além deste estudo se orientar a partir das questões anteriormente apresentadas, foram traçados como objetivos desta investigação : analisar **a produção brasileira sobre pessoas idosas em situação de rua**; investigar Analisar os conceitos de pessoa idosa em situação de rua utilizados nas produções identificadas; Identificar as principais temáticas relacionadas à população em situação de rua abordadas pelas produções analisadas; Identificar os referenciais bibliográficos

utilizados pelas produções analisadas e também analisar as profissões e características dos autores que produzem sobre população idosa em situação de rua.

Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica sistemática do tipo integrativa onde foram utilizadas três plataformas para a análise das produções encontradas, após mineração dos dados. A pesquisa foi construída a partir da busca de palavras-chave, sendo utilizados os descritores “idoso” e “rua”. A partir dos resultados dessa extração de dados, foram realizadas as leituras dos resumos e dos títulos de artigos, dissertações e teses sobre a temática desta pesquisa. As plataformas utilizadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT - BDTD), o Portal de Periódicos da CAPES e o 1findr, sendo encontrado um total de 1.612 obras. Após o refinamento das produções conforme os critérios de inclusão e exclusão, foram elencados aqueles trabalhos que estudaram, de fato, sobre a população idosa em situação de rua, totalizando 16 obras. Estas foram lidas na íntegra para melhor compreensão e problematização a respeito da temática desta pesquisa, a população idosa em situação de rua. Dessa maneira, puderam ser criadas e debatidas algumas categorias e alguns conceitos de análise, como a pessoa idosa, o processo de rualização e a falta de dados e de políticas públicas efetivas. Também, buscou-se a identificação dos referenciais bibliográficos mais utilizados. Ademais, foi realizado um levantamento sobre os tipos de pesquisas com a temática população em situação de rua, a fim de problematizar a falta de produções sobre a temática. A pesquisa aborda os tópicos das produções analisadas, com a finalidade de trazer à tona a discussão sobre a falta de interesse ou de políticas públicas efetivas na especificidade da pessoa idosa em situação de rua.

Nesta produção, a sistematização deste processo será apresentada através de capítulos, sendo que no capítulo 2, a constituição do percurso metodológico, abordando o início do percurso desta pesquisa e a aplicação da pesquisa no materiais analisados.

No capítulo 3, a compreensão das produções encontradas, trazendo as análises e os procedimentos. No capítulo 4, serão analisados as produções, a escassez de dados e literatura específica. No capítulo 5, serão discutidos elementos teóricos encontradas na literatura e nas produções analisadas, os elementos

conceituais sobre a pessoa idosa em situação de rua, o abandono e o processo de rualização.. No capítulo 6, serão traçadas as considerações finais deste estudo.

## 2 A CONSTITUIÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Entender o que se quer pesquisar é significativo para compreender e investigar aquilo que se almeja. Porém, outra fase muito importante é o percurso metodológico que se percorre para a investigação do objeto de pesquisa, neste caso, a pessoa idosa em situação de rua. Por isso, este capítulo apresenta a metodologia construída ao longo da pesquisa. Esse procedimento, que precisou de idas e vindas durante a pesquisa, rompendo alguns conceitos e aprofundando alguns temas, saindo da zona de conforto do fazer do dia a dia e voltando-se ao campo teórico.

### 2.1 INÍCIO DO PERCURSO

O processo desta produção se iniciou com um projeto de pesquisa de campo, que foi aprovado pela banca de qualificação no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social e aceito pelo Comitê de Ética. No projeto de pesquisa, inicialmente, baseava-se em entrevistas com pessoas idosas em situação de rua, para compreender suas estratégias de sobrevivência, pensando em perpassar as questões da Rede de Apoio das pessoas idosas. Utilizar-se-ia o método bola de neve, com entrevistas abertas e análise de dados, buscando, posteriormente, a discussão e o entendimento dos processos de realização dessas pessoas idosas.

Entretanto, o mundo passou e continua a passar por uma situação complexa, e o Brasil não poderia ser diferente: há pessoas sendo contaminadas por um vírus e, muito sem saber o que fazer, a orientação é o isolamento social. A COVID-19 é uma doença causada por um coronavírus denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas). Aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar, por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2020b).

Esse fato mudou o rumo da vida da maioria das pessoas. No Brasil, em início de 2020, já se ouvia falar sobre a COVID-19, porém circulavam somente algumas notícias em jornais, telejornais e Internet, mesmo já ocorrendo várias mortes pelo mundo todo. Entretanto, no final de março do ano de 2020, alguns estados do Brasil

começaram a orientar a realização do isolamento e a estimular a população a seguir protocolos de higienização, usar máscaras, evitar saídas às ruas e contato físico com as pessoas, na tentativa de evitar mais contaminações. A principal recomendação foi que as pessoas ficassem em casa, em isolamento social preventivo. Espaços escolares interromperam suas atividades, passando a oferecer um modelo diferenciado, na sua maior parte, com atividades remotas.

Diante de mudanças tão bruscas na vida das pessoas, o projeto desta pesquisa precisou ser reformulado, já que estudar as estratégias das pessoas idosas em situação de rua a partir de entrevistas não seria possível devido a decretos que exigiram manter o isolamento social. Ao repensar o estudo, muitos aspectos foram considerados. Em meio ao caos e ao isolamento social, como ficam as pessoas em situação de rua e as pessoas idosas que fazem parte do grupo de risco? Ao mesmo tempo que havia uma pesquisa em jogo, muitas vidas também poderiam estar em risco, ainda mais daquelas pessoas que estão nas ruas.

Considerando as demandas sociais dessas pessoas e o quanto precisam dar conta ao estar nas ruas, em meio uma pandemia, pode-se inferir que as situações se agravam e carecem de mais cuidados e mais políticas públicas efetivas para as atender. Enquanto se pensava em mecanismos para seguir com a pesquisa, o tempo foi passando e algo precisou mudar.

Após muito ponderar, optou-se por continuar com a mesma temática das pessoas idosas em situação de rua e analisar as publicações existentes em algumas das diversas plataformas disponíveis. Em um processo de luto por não efetivar as entrevistas, uma revisão sistemática começou a ser realizada com o objetivo de problematizar as produções sobre as pessoas idosas em situação de rua.

Ao constatar a falta de dados e produções acerca da temática da pessoa idosa em situação de rua, buscaram-se alternativas para sanar a dúvida se a busca estava sendo realizada de forma equivocada ou se de fato havia falta de estudos sobre a temática. A fim de aprimorar o processo, houve uma consultoria com o coordenador da biblioteca do Instituto de Psicologia da UFRGS, para elencar e aprimorar as buscas que poderiam ser realizadas.

No processo de consultoria, foram pensados e realizados alguns procedimentos. O primeiro foi realizar uma análise na base de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), usado na pesquisa e na recuperação de assuntos da

literatura científica. O DeCS é um vocabulário dinâmico, totalizando 34.118 descritores e qualificadores. Seu objetivo é servir como linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais da área da saúde. Ele permite pesquisas em termos mais amplos, mais específicos ou todos os termos que pertençam à mesma estrutura hierárquica. Na ocasião, o bibliotecário desconhecia uma ferramenta de vocabulário dinâmico para as ciências sociais. Por isso, foram utilizados apenas os descritores listados no DeCS.

Após a análise dos termos, foram criados termos de busca com truncadores e operadores booleanos, para serem usados como palavras-chave. Assim, as buscas podiam ser refeitas com a finalidade de abranger maior número de trabalhos realizados. Os termos serviram para que as buscas abrangessem variações de plural e singular, flexão de gênero, outros idiomas e palavras semelhantes. Depois de uma análise mais detalhada, com alguns testes, a expressão de busca foi “(Aged OR Ancian? OR Idos? OR (Pesso\* Idosa) OR (Pesso\* de Idade) OR (População Idosa) OR Velh\*) AND ((Homeless Persons) OR (Personas sin Hogar) OR (Pessoas em Situação de Rua) OR (Morador\* de Rua) OR (Pesso\* sem Lar) OR (População em Situação de Rua) OR (Sem-Teto)) AND ((Estratégi\* de sobrevivência) OR (Survival strateg\*))”. Para a busca dos artigos, além dessa expressão, foram realizadas algumas tentativas com fragmentos da expressão.

As tentativas estão descritas no Quadro 1, com os descritores utilizados e a quantidade de produções encontradas. Como exemplo, a tabela mostra as buscas realizadas na plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (IBICT - BDTD). Foram realizadas as buscas de duas formas: busca avançada, demarcando todos os campos; e busca simples, acrescido de *and* na expressão usada. A busca se deu com descritores e palavras similares, com o objetivo de recuperar maior número de produções. Como já se inferia, mesmo com essa pesquisa minuciosa, não houve aumento significativo de artigos recuperados.

Quadro 1 – Palavras-chave e número de produções encontradas

IBICT			
	Descritor 1	Descritor 2	Total
<b>b us</b>	Idoso	rua	425
	Idoso	Mendigo	2

ca av an ça da	Idoso	Andarilho	0
	Idoso	Pedinte	0
	Envelhecimento	rua	303
	Envelhecimento	Mendigo	0
	Envelhecimento	Andarilho	0
	Envelhecimento	Pedinte	0
	peessoa idosa	rua	123
	peessoa idosa	Mendigo	1
	peessoa idosa	Andarilho	0
	peessoa idosa	Pedinte	0

Busca simples acrescido <i>and</i>			
b u s c a s i m p l e s	idoso <i>and</i>	rua	<b>411</b>
	Idoso <i>and</i>	mendigo	2
	idoso <i>and</i>	andarilho	0
	Idoso <i>and</i>	pedinte	0
	envelhecimento <i>and</i>	rua	303
	envelhecimento <i>and</i>	mendigo	0
	envelhecimento <i>and</i>	andarilho	0
	envelhecimento <i>and</i>	pedinte	0
	peessoa idosa <i>and</i>	rua	118
	peessoa idosa <i>and</i>	mendigo	1
	peessoa idosa <i>and</i>	andarilho	0
	peessoa idosa <i>and</i>	pedinte	0

Fonte: elaborado pela autora.

Com os termos “mendigo”, “andarilho” e “pedinte”, não foram encontradas produções, ou foram em número muito pequeno. As melhores combinações se deram com o descritor “rua”, em ambos os tipos de pesquisa, com “peessoa idosa”, “envelhecimento” e “idoso”. Entretanto, na busca avançada, com os descritores “idoso” em um campo de busca e “rua” no outro, obtivemos o melhor resultado quantitativo de produções.

Outro teste realizado foi a inversão da ordem de busca das palavras-chave. A tentativa de busca com “rua” no campo de busca 1 e “idoso” no campo de busca 2 não alterou a quantidade de produções encontradas. Com base nesses dados, a busca final ocorreu com os descritores “idoso” e “rua”.



## 2.2 O DESVENDAMENTO DA REALIDADE DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR DA APLICAÇÃO DA PESQUISA

O processo de pesquisa, para além da leitura na íntegra dos trabalhos analisados, necessitou de aprofundamento para a construção de categorias de análise. As categorias foram criadas ao longo do processo de refinamento das obras analisadas. Pôde-se observar e extrair as obras que se enquadravam na temática desta pesquisa. Além disso, conforme detalhado ao longo desta seção, parte das obras precisou ser excluída do processo de análise, por não tratarem da temática da pessoa idosa em situação de rua.

Esta é uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, com base em uma revisão sistemática. A pesquisa qualitativa é uma abordagem naturalista, a qual busca entender fenômenos dentro de seus contextos específicos. Captar dados sobre a percepção dos atores no campo de estudo significa prestar atenção, suspender os preconceitos sobre um tema e criar empatia para com os estudados (GRAY, 2012).

Denomina-se “revisão sistemática” “a aplicação de estratégias científicas que permitem limitar o viés de seleção de artigos, avaliá-los com espírito crítico e sintetizar todos os estudos relevantes em um tópico específico” (PERISSÉ; GOMES; NOGUEIRA, 2001 *apud* GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2014, p. 5). Busca-se evitar e superar possíveis vieses que o pesquisador possa ter no momento da análise da literatura sobre um tema.

Conforme Ferreira (2002), o objetivo desse tipo de pesquisa é conhecer o que tem sido produzido no mundo acadêmico sobre determinado tema e debater essa produção, considerando aspectos como a temporalidade, o lugar e o contexto. A revisão sistemática se trata de uma estratégia de busca de obras científicas, uma análise crítica e uma síntese do que foi encontrado.

Metodologicamente, elencou-se o tipo de revisão da literatura, a revisão bibliográfica sistemática, do tipo revisão integrativa. Segundo Grupo Ânima Educação (2014), esse tipo de revisão é utilizado como forma de obter, a partir de evidências, informações que possam contribuir para o processo de tomada de decisão nas ciências da saúde. Ela tem de ser conduzida de acordo com uma metodologia clara e reproduzível. Para tal, é preciso que os estudos incluídos sejam primários, contenham objetivos, materiais e métodos claramente explicitados.

O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pequenas utilizadas no método, ponto esse que “evidencia o

potencial para se construir a ciência” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 127 *apud* GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO, 2014, p. 6). Viabiliza-se a capacidade de sistematização do conhecimento científico, de forma que o pesquisador se aproxime da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre sua produção científica para conhecer a evolução do tema ao longo do tempo, e visualize possíveis oportunidades de pesquisa.

Esta pesquisa se deu em várias etapas. Foram elencadas as bases de dados, e, após a extração dos resultados, não se refez a busca naquela base, a fim de não modificar o conteúdo encontrado. Após a extração, salva com sua data de busca, pensou-se em critérios para categorizar os materiais encontrados. O principal objetivo da leitura dos títulos e dos resumos foi delimitar os materiais que realmente tratavam da temática da pesquisa. A partir desse refinamento, poder-se-ia trabalhar com base nos dados obtidos, problematizando conceitos e dados discutidos nos trabalhos nacionais sobre a pessoa idosa em situação de rua. Após feita a delimitação, os trabalhos foram lidos na íntegra, para aprofundar o debate e analisar os achados em termos de aproximações de conceitos, de discordância ou até mesmo discrepância dos resultados.

A busca se deu inicialmente na plataforma IBICT - BDTD. O acesso que gerou a exportação do arquivo neste *site* ocorreu em 1º/05/2021. Na plataforma, foram encontrados 425 textos, entre eles dissertações e teses, tendo sido lidos todos os títulos e os resumos. Após a leitura, os trabalhos foram subdivididos para melhor identificar os principais temas estudados. Foram descartados 421 textos.

Dos textos desconsiderados, 273 foram classificados como abrangendo o tema da pessoa idosa, mas não o da rua. Esses trabalhos foram retirados por não tratarem da temática da pessoa idosa em situação de rua. Nesses 273, muitos outros temas foram abordados, a maioria deles se tratando de mobilidade, instituições de longa permanência, declínio da vida, entre outros. Outros 139 textos foram descartados, pois não tinham a pessoa idosa como amostra direta. Estes versam sobre a pessoa idosa em outra perspectiva, por exemplo, estudos dos conselhos de direitos, pesquisas com cuidadores de idosos ou profissionais que atendem às pessoas idosas. Outro montante, de cinco textos, foi descartado por se referir a estudos que tratam da rua, mas não das pessoas idosas em situação de rua. Aborda-se, por exemplo, a questão dos varredores de ruas. Quatro textos foram descartados por estarem em

outro idioma, em inglês. Nestes, nem o resumo nem o título se encontravam em língua portuguesa. Por fim, restaram somente quatro textos que versam sobre a população idosa em situação de rua.

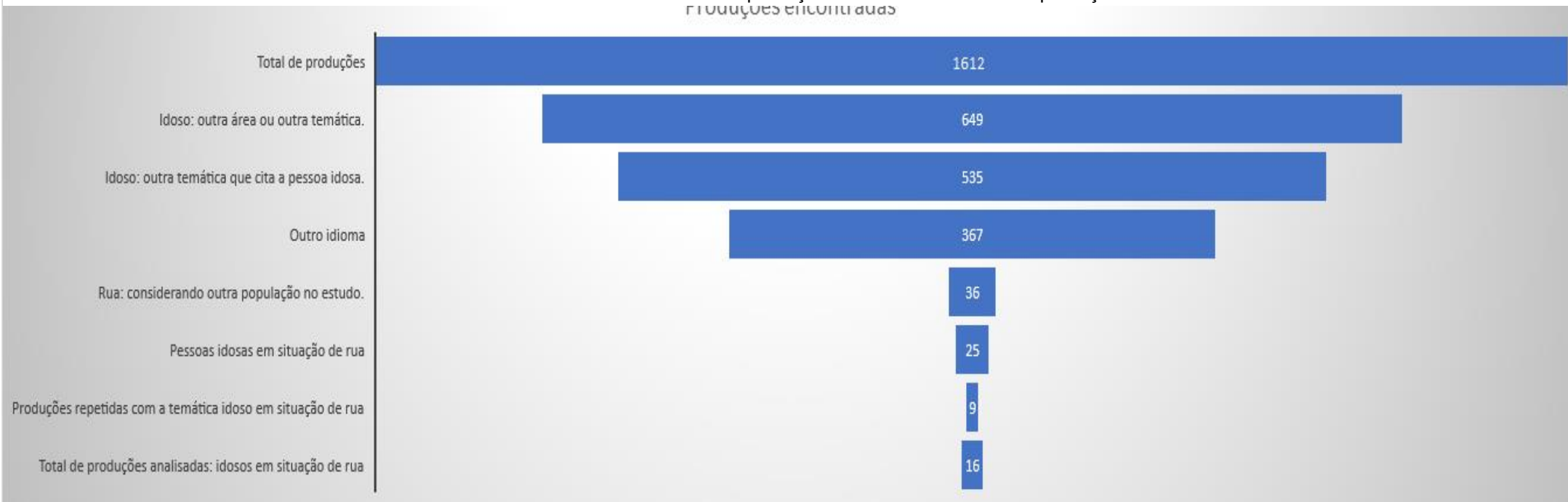
Dando continuidade ao processo de busca de materiais, outra plataforma acessada foi o Portal de Periódicos da CAPES. Nessa plataforma, foram encontrados 1.093 textos. Destes, 313 tratam de idosos, mas em outra área de estudo, como a mobilidade de pessoas idosas. 387 produções versam sobre a população idosa, mas em outra temática, por exemplo, a atuação dos profissionais nas instituições de longa permanência, os conselhos de pessoas idosas, entre outras. 24 textos tratam sobre a rua, mas expressando a rua em outro ângulo, por exemplo, de ambulantes que atuam na rua. Considerando a metodologia inicial de leitura dos resumos e títulos, 363 artigos foram descartados por estarem em outro idioma, seja o título ou o resumo. Os seis textos restantes discutem a temática da pessoa idosa em situação de rua.

Na base de dados 1findr – plataforma que busca produções de alcance global –, foram encontrados 94 textos. Destes, 58 abordam a temática do idoso, mas em outra área; 14 se enquadram em outra temática; oito usam o termo “rua”, mas sem tratar de pessoas idosas. 14 dos textos versam sobre a população idosa em situação de rua.

Ao considerar as três bases de dados pesquisadas, foram encontradas 1612 produções. Após serem desconsiderados todos os itens descritos e 23 artigos que se repetiam, foram encontrados um total de 16 artigos sobre pessoas idosas em situação de rua para serem analisados.

Para melhor analisar os resultados quantitativos, o Gráfico 3 apresenta o total de produções encontradas nas bases de dados, as categorias utilizadas e o somatório de artigos que abordam a pessoa idosa em situação de rua.

Gráfico SEQ Gráfico \\* ARABIC 3 – Total de produções encontradas e total de produções analisadas



Fonte: elaborado pela autora.

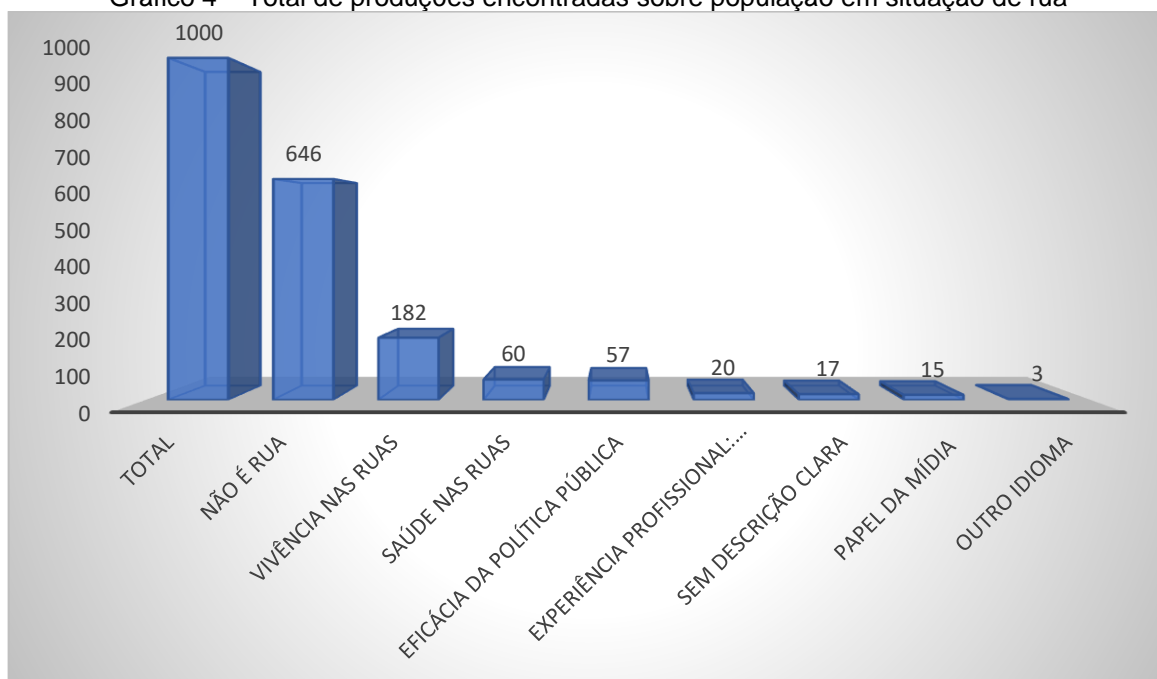
Após o levantamento de todas as produções, analisou-se cada artigo, tese e dissertação encontrado, sendo divididos a partir da plataforma-fonte. A análise se deu a partir da leitura das produções na íntegra, sendo delineadas categorias para análise. Anteriormente à análise das categorias, foi feito novo levantamento para a busca a partir de outros descritores, quais sejam, “pessoa em situação de rua” e “moradores de rua”. Após o término da descrição da pesquisa nas plataformas, poderemos adentrar as categorias de análise.

Antes de realizar a análise das produções, a fim de aprimorar os resultados e buscar mais produções que poderiam não ter aparecido nos filtros, foi realizada uma busca com os descritores, em todos os campos, “pessoas em situação de rua” ou “moradores de rua”. Essa busca foi feita em apenas uma plataforma, a IBICT; após o levantamento, foram lidos os títulos e os resumos.

O objetivo dessa busca foi ampliar o resultado, para caso houvesse outras produções que não estavam aparecendo na busca de “idosos” e “rua”, e analisar o que se tem produzido na temática de pessoa em situação de rua. Buscou-se compreender se existem mais produções na área da pessoa em situação de rua ou se ainda há escassez de material. Durante a construção desta pesquisa, surgiu o questionamento se a especificidade da população idosa seria responsável pela falta de materiais. Outra hipótese seria que a temática da população em situação de rua não é de interesse para pesquisadores.

Nesta busca, foi possível encontrar 1.000 produções. A categorização foi realizada a partir do foco e da metodologia do estudo. É importante reiterar que foram lidos somente os títulos e resumos. Além disso, a pesquisa foi realizada de forma amostral, para verificar se teriam outros estudos sobre idosos em situação de rua. O intuito desse levantamento não era analisar todos os artigos encontrados com estes descritores, mas, verificar se havia outras produções que os descritores “idoso” e “rua” não estavam alcançando.

Gráfico 4 – Total de produções encontradas sobre população em situação de rua



Fonte: elaborado pela autora.

Pode-se perceber, no Gráfico 4, que a maioria das produções encontradas, 646, não se tratava de artigos relacionados às pessoas em situação de rua. 182 das produções tratam sobre a vivência das ruas, 60 sobre a saúde da população em situação de rua e 57 sobre a eficácia das políticas públicas.

Das publicações que versavam sobre as pessoas em situação de rua, há um total de 334 artigos. Eles abordam questões como vivências nas ruas, saúde nas ruas, eficácia das políticas públicas, experiência dos profissionais e papel da mídia.

Pode-se perceber que a maior parte dos textos, 646, mesmo com as palavras-chave “pessoas em situação de rua” ou “moradores de rua”, não se relaciona com a temática proposta, não abordando a perspectiva da rua. Essa falta de estudos sobre a população em situação de rua nos faz refletir possíveis motivações – ou falta dela.

Ao inferir possíveis motivos para a falta de produções, entende-se que a falta de dados censitários e, portanto, a falta de políticas públicas seriam fatores que fazem com que os autores publiquem menos nessa área. Não se pode inferir que o número de pessoas em situação de rua estaria diminuindo – portanto, não haveria sujeitos para se pesquisar –, já que esse fator não parece condizer com a realidade encontrada. Parece que essa população não é de interesse social ou mesmo falta de financiamento para executar as pesquisas.

Considerando as pesquisas feitas neste estudo, pode-se perceber que a particularidade da pessoa idosa em situação de rua é ainda menos encontrada. Por isso, conclui-se que a população em situação de rua é pouco estudada, e o recorte da população idosa é ainda menos considerado pelos pesquisadores.

Alguns estudos, como o de Hungaro *et al.* (2020), apontam que o número de pessoas em situação de rua vem aumentando progressivamente, assim como o tempo de permanência destas na rua. “A situação de rua facilmente passa de temporária para permanente no Brasil: 30% estão nessa condição há mais de anos” (HUNGARO *et al.*, 2020, p. 5). Esse é outro dado relevante de ser debatido, o aumento e a modificação dessas pessoas em situação de rua, que acabam tendo suas vidas transformadas por passar a maior parte de sua vida nessa situação, tendo a modificação de provisório a definitivo.

Assim, com a dura realidade enfrentada por essa população, nos anos de produção desta dissertação, uma das notícias e medidas tomadas pelo governo se refere a médicos que se recusaram a atender pessoas em situação de rua, e veterinários foram acionados:

No Brasil, já passa de 5,2 milhões o número de infectados com o Covid-19, e a pandemia já causou mais de 154 mil mortes. Com tantos casos, faltam profissionais no país para atender a todos. O Ministério da Saúde precisou convocar veterinários para atender pessoas em situação de rua, presidiárias e indígenas, por recusa de médicos em atender esses públicos. (GARCIA, 2020).

Esse fragmento de reportagem demonstra a falta de interesse de alguns profissionais de atender as demandas de uma população que está em situação de rua. Isso reforça que os profissionais não têm interesse de publicar nem mesmo de atender a essa população. Por isso, encontram-se poucos materiais disponíveis para a pesquisa.

Esses grupos já eram excluídos, e a Covid-19 acentuou a exclusão. Nesta pandemia, temos muitos exemplos maravilhosos de dedicação de profissionais de saúde, incluindo pesquisadores. Mas há gente que deveria estar na linha de frente e se omitiu, se escondeu. Então, populações que já eram marginalizadas foram abandonadas porque não houve assistência para todos. O Ministério da Saúde convocou os médicos veterinários do Brasil. Tempo de guerra, fomos acionados e respondemos. Trabalho com fauna urbana. Mas na pandemia passei

a atender seres humanos. Há conexão entre a saúde humana e a de animais. Mas não foi só isso. (BIONDO *apud* GARCIA, 2020, on-line).

Esse fator reforça a falta de estudos relativos à temática da pessoa em situação de rua. Ademais, infere-se que há falta de entendimento por parte dos profissionais, já que não existe justificativa plausível para a recusa de atendimento a essa população. Outro quesito a se pensar é a falta de políticas públicas efetivas garantam atendimento de qualidade e acessível a todos, conforme prevê a Lei nº 13.714:

A atenção integral à saúde, inclusive a dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, dar-se-á independentemente da apresentação de documentos que comprovem domicílio ou inscrição no cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS), em consonância com a diretriz de articulação das ações de assistência social e de saúde a que se refere o inciso XII deste artigo. (BRASIL, 2018, on-line).

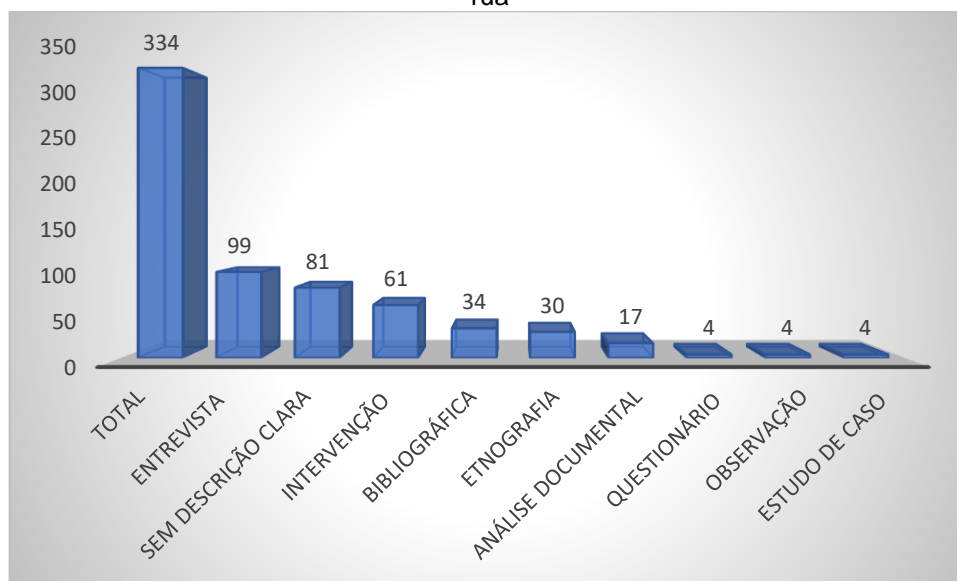
Isso nos leva a refletir que a imposição precisou ser criada, caso contrário, o atendimento não se efetivaria. Entretanto, pelo que se pode depreender, a lei não é consenso ou de conhecimento de todos os profissionais, já que, como visto anteriormente, em 2020 ainda nos deparamos com a recusa de atendimento.

Vale ressaltar que aqui está sendo exposta a questão da população em situação de rua, e não o recorte da população idosa, objeto de estudo desta pesquisa de mestrado. Assim, pode-se compreender a problemática de se falar da população em situação de rua e pessoa idosa: ao especificar a faixa etária, ainda menos dados e pesquisas são encontrados.

Além dos questionamentos e das hipóteses que se levantam sobre a falta de produções na área da pessoa em situação de rua, outro quesito avaliado foi o tipo de metodologia proposto nas produções encontradas. O Gráfico 5 demonstra a quantidade de artigos encontrados sobre a população em situação de rua e as metodologias utilizadas pelos autores.



Gráfico 5 – Levantamento do tipo de metodologia utilizado nos trabalhos de pessoas em situação de rua



Fonte: elaborado pela autora.

Pode-se perceber que a maioria dos estudos, 99, utilizam entrevistas, podendo ter sido ouvidas pessoas em situação de rua sobre suas condições. 81 dos textos não têm descrição clara da metodologia no resumo. 61 dos autores realizaram alguma intervenção, como grupos ou atendimentos. Há 34 textos que abrangem busca bibliográfica. 30 textos fazem uso da etnografia. Encontraram-se 17 estudos de caso. Por fim, foram encontrados 4 que utilizaram questionário, que utilizaram observação e que utilizaram estudo de caso.

O fato de que foram encontrados textos que não apresentaram descrições claras sobre o tipo de estudo chama a atenção, já que não se tem um padrão de publicações nas plataformas. Portanto, pode-se mencionar a falta de clareza nas metodologias empregadas nesses estudos.

Apresentar-se-á, no capítulo seguinte, a compreensão das produções encontradas sobre pessoas idosas em situação de rua.

### **3 COMPREENDENDO AS PRODUÇÕES ENCONTRADAS**

Neste capítulo, será abordada a pré-análise dos artigos encontrados e a análise de suas referências bibliográficas. Essa análise auxiliará na criação das categorias, sendo possível compreender o que os autores abordam de relevante em seus estudos. Além disso, será traçado um panorama geral das produções, para que, posteriormente, seja analisada cada categoria.

#### **3.1 EVIDENCIANDO O PROCEDIMENTO ANALÍTICO**

O processo de análise se iniciou com as buscas nas plataformas e a leitura dos títulos e resumos para categorizar e classificar as produções, averiguando quais se enquadravam no objetivo do presente estudo, para identificar e mapear a produção brasileira sobre pessoas idosas em situação de rua. Para a continuação da análise, foram elencadas algumas categorias para entendimento e análise.

No Quadro 2, constam a ordem de leitura das produções, seu(s) autor(es) e ano, o título, publicação, a plataforma da busca, local da publicação e da produção, a área de conhecimento, o tipo de estudo e a formação dos autores.

Quadro 2 – Informações dos trabalhos analisados

Leitura	Autor e ano	Plataforma	Título	Publicação	Local da publicação	Local da produção	Área da produção	Tipo de estudo	Formação do 1º autor	Formação demais autores
1	Brêtas <i>et al.</i> (2010)	CAPES	<i>Quem mandou ficar velho e morar na rua</i>	Revista Escola de Enfermagem USP	São Paulo	São Paulo	Núcleo de Estudos e pesquisa sobre Saúde, Políticas Públicas e Sociais	Estudo de caso	Enfermagem	Enfermagem
2	Sousa e Lovisi (2007)	CAPES	<i>Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público</i>	Archives of Clinical Psychiatry	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Medicina - Psiquiatria	Entrevistas	Medicina	Medicina
3	Frias <i>et al.</i> (2014)	CAPES	<i>Idoso em Situação de Rua e Vivência em Centros de Acolhida: Uma Revisão de Literatura</i>	Revista Kairós Gerontologia	São Paulo	São Paulo	Gerontologia - Campo de estágio	Revisão bibliográfica	Aluna Gerontologia	Alunas e professora de Gerontologia
4	Gusmão <i>et al.</i> (2012)	CAPES	<i>Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais</i>	Revista Brasileira de Enfermagem	São Paulo	São Paulo	Enfermagem - Graduação	Entrevistas	Enfermagem	Enfermagem
5	Silva e Gutierrez (2013)	CAPES	<i>Dimensões da qualidade de vida de idosos moradores de rua do município de São Paulo</i>	Saúde e Sociedade	São Paulo	São Paulo	Gerontologia - Graduação	Entrevistas	Enfermagem	Enfermagem

6	Mattos (2017)	IBICT	<i>Condições e modo de vida das pessoas idosas em situação de rua</i>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Porto Alegre (RS)	Porto Alegre (RS)	Gerontologia - Doutorado	Entrevistas	Enfermagem	Serviço Social
7	Silva (2018)	IBICT	<i>Estratégias de gestão para a promoção do acesso à justiça a pessoas idosas em situação de rua em centros de acolhida do município de São Paulo</i>	Universidade de São Paulo	São Paulo	São Paulo	Gerontologia - Mestrado	Entrevistas	Gerontologia	Direito
8	Bueno (2013)	IBICT	<i>Os desafios de envelhecer na rua</i>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	São Paulo	São Paulo	Gerontologia - Mestrado	Entrevistas	Serviço social	Medicina
9	Boaretto (2005)	IBICT	<i>Velhos à Margem na Margem das Ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo</i>	Universidade Estadual de Campinas	Campinas (SP)	São Paulo	Educação - Gerontologia	Entrevistas	Psicologia	Ciências sociais
10	Menezes e Ferreira (2020)	1findr	<i>Velhice e saúde mental: desafios interseccionais para pessoas em situação de rua</i>	Revista Conhecimento e Diversidade	Niterói (RJ)	Ceará	Educação - Sociologia	Entrevistas	Serviço Social	Sociologia
11	Mattos et al. (2018)	1findr	<i>Violência estrutural no modo e nas condições de vida de pessoas</i>	Revista Kairós Gerontologia	São Paulo	Porto Alegre (RS)	Gerontologia	Entrevistas	Enfermagem	Serviço Social, Medicina e Enfermagem

			<i>idosas em situação de rua</i>							
12	Gutierrez <i>et al.</i> (2009)	1findr	<i>Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua</i>	Estudo interdisciplinar sobre o envelhecimento	Porto Alegre (RS)	São Paulo	Gerontologia	Estudo de caso	Gerontologia	Gerontologia
13	Mattos e Ferreira (2005)	1findr	<i>O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado</i>	Estudos de psicologia	Campinas (SP)	Tocantins	Psicologia	Estudo de caso	Psicologia	Psicologia
14	Mattos <i>et al.</i> (2016)	1findr	<i>O envelhecimento das pessoas idosas que vivem em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil</i>	Revista Kairós Gerontologia	São Paulo	Porto Alegre (RS)	Gerontologia	Entrevistas	Enfermagem	Serviço Social, Medicina e Enfermagem
15	Araújo <i>et al.</i> (2011)	1findr	<i>Para um perfil do idoso-andarilho</i>	Revista Kairós Gerontologia	São Paulo	São Paulo	Gerontologia	Entrevistas	Enfermagem	Enfermagem
16	Saos <i>et al.</i> (2009)	1findr	<i>Idosos Rualizados: um desafio para as intervenções de enfermagem</i>	Revista de enfermagem	Pernambuco	Rio de Janeiro	Gerontologia	Revisão bibliográfica	Enfermagem	Enfermagem

Fonte: elaborado pela autora.

No total, 16 produções foram analisadas. Sobre a publicação, foram encontrados quatro artigos na revista *Kairós: Gerontologia*. Os demais variam as revistas e as universidades em que foram publicados. Foram encontradas três publicações em revistas sobre enfermagem, nas revistas *Revista Escola de Enfermagem USP*, *Revista Brasileira de Enfermagem* e *Revista de Enfermagem*. Isso indica que a maior parte das publicações está sendo feita nas revistas que versam sobre gerontologia e saúde.

Na análise dos anos de publicação, vê-se uma linearidade de estudos. Não houve aumento das produções ao longo dos anos. A primeira publicação é datada do ano de 2005, e a última de 2020.

Das 16 produções avaliadas, a origem da maior parte das publicações, analisando as informações catalográficas das revistas, é o estado de São Paulo, totalizando 11 artigos. Duas produções foram publicadas no Rio de Janeiro, duas em Porto Alegre/RS e uma em Pernambuco. Pode-se inferir que esse maior número de publicações ocorre em função de diversas revistas e áreas de produção sobre gerontologia se encontrarem no Sudeste do país.

Ao analisarmos os textos considerando os locais de produção – ou seja, onde o estudo foi realizado ou onde estava a amostra –, pode-se notar uma pequena ampliação das localidades. A maior parte das publicações ainda se encontra em São Paulo, com nove dos 16 artigos produzidos. Três foram produzidos em Porto Alegre/RS, dois no Rio de Janeiro, um no Ceará e um no Tocantins.

Alguns dados importantes podem ser inferidos ao analisar os dados dos locais de produção. A maior parte das produções se concentra em São Paulo, em diferentes cidades. Ao comparar os locais de publicação e de produção, percebe-se uma diminuição deste número. Isso indica que se publica mais em São Paulo do que se produz. Isso pode ocorrer pelo fato de programas e revistas com a temática de gerontologia serem mais influentes no estado de São Paulo. Também, o estado de São Paulo é economicamente desenvolvido devido ao processo de industrialização e às migrações de outros estados e até mesmo países, sendo líder nas produções de pesquisa e desenvolvimento, além de ser o estado mais populoso do país. Ainda, houve a inserção do curso de bacharelado em Gerontologia na Escola de Artes,

Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo em 2005. Esses fatores podem explicar o maior número de publicações na região Sudeste.

Ainda, é possível verificar que alguns estados, como Ceará e Tocantins, não haviam sido encontrados se considerarmos apenas os locais de publicação. Entretanto, ao verificar as localidades de produção, alcançaram-se outras localidades que também estão estudando a temática. Foi extremamente importante realizar uma leitura minuciosa sobre o local da população de estudo, para entender onde os autores efetivaram as pesquisas. Nesse sentido, pôde-se entender em quais os estados se encontram pessoas em situação de rua ou, ainda, onde se localizam os autores que se interessam pela temática da população idosa em situação de rua.

Ao analisarmos as produções sob as perspectivas dos seus autores, foi necessária a leitura na íntegra das produções. Essa leitura completa se deu em busca de elencar categorias. Por isso, a análise foi realizada com base no prisma dos autores, com sustentação nas categorias descritas nas produções analisadas. O processo de busca e construção de categorização e análise fez parte do decurso desta pesquisa, sempre tendo como pano de fundo a análise da pessoa idosa em situação de rua.

Para tal, encontraram-se 16 produções; destas, 14 são artigos produzidos por mais de um autor, três são dissertações e uma é tese de doutorado. Sobre a área de conhecimento das produções, a maior parte dos textos estão situados na área da gerontologia, sendo 11 das 16 produções avaliadas. As demais produções foram categorizadas nas áreas de Medicina - Psiquiatria, Enfermagem, Psicologia e Saúde, Políticas Públicas e Sociais. Ao analisar o tipo de estudo, 11 estudos utilizaram como método entrevistas, três são estudos de caso e dois fazem revisão bibliográfica.

Para a busca das formações dos autores, foram consideradas as formações iniciais (graduação), mesmo que o autor tivesse outra titulação. Tendo em vista que nem todos os artigos apresentavam a formação na publicação, foi necessária uma busca do currículo na plataforma Lattes para complementar o quadro. Em todas as dissertações e teses, o orientador do trabalho foi considerado segundo autor. Nas análises, observa-se que a maior parte dos autores possuem formação em Gerontologia e na área da Enfermagem. Outras formações da área da saúde, como Medicina e Psicologia, também são encontrados. Além disso, há assistentes sociais, advogados e sociólogos como autores das produções.

### 3.2 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ao constatar a falta de dados e materiais específicos para discutir a temática da pessoa idosa em situação de rua, surge o desejo de entender como as construções teóricas e discussões são realizadas. A partir disso, verificou-se como se construíram as referências bibliográficas nas produções encontradas.

Todas as referências das produções foram colocadas em uma planilha, para analisar a quantidade de vezes que estas se repetiam e mapear se sempre os mesmos autores apareciam para discussão do tema de pesquisa ou se não haveria repetição dos referenciais.

Algumas referências e autores se repetiram. Alguns, de forma mais sucinta, apareceram apenas duas ou três vezes, o que não pode ser considerado um número expressivo de repetições. Já outros autores foram citados muitas vezes. No processo de catalogação das 16 produções encontradas, foram listadas 612 referências.

Uma das referências que se repete é Simone de Beauvoir, aparecendo sua obra que discute a questão da velhice em cinco produções. Ecléa Bosi, autora que trata sobre questões de velhice, aparece em cinco das obras, para tratar da memória e da sociedade – lembrança dos velhos.

Sobre os métodos de pesquisa, pode-se constatar essas repetições com dois autores. Laurence Bardin e Howard Becker são encontrados em cinco produções, com obras que tratam de análise de conteúdo e métodos de pesquisa em ciências sociais, respectivamente.

Outras fontes utilizadas com frequência são as legislações. Por exemplo, a lei que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, sobre a política nacional de assistência social e diálogos sobre a população em situação de rua. Além das legislações, utilizam-se dados estatísticos do IBGE e do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, assim como dados da OMS e das secretarias municipais de assistência e desenvolvimento social de diferentes municípios.

Outra autora com grande incidência nas referências é Guita Grin Debert, é citada 10 vezes, com diferentes obras, como *A Reinvenção da Velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento*, *Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice*, *A Invenção da Terceira Idade* e *a Rearticulação de*



*Formas de Consumo e Demandas Políticas*. Ainda, sobre a temática da velhice, outra autora que pode ser encontrada em 6 obras é Ana Amélia Camarano.

Sarah Escorel é exposto, em quatro trabalhos, com a obra *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. A obra *Pobre, Idoso e na Rua: uma trajetória de exclusão*, de Flávia Saraiva Leão Fernandes, Milena Veiga Raizer e Ana Cristina Passarella Brêtas, foi utilizada em sete produções diferentes.

A obra *Vida Na Rua e Cooperativismo: transitando pela produção de valores*, dos autores Maria Isabel Garcez Ghirardi, Samira Rodrigues Lopes, Denise Dias Barros e Débora Galvani, foi citada em seis textos.

Os autores Ricardo Mendes Mattos e Ricardo Frankiln Ferreira, com as obras *O Idoso em Situação de Rua: Sísifo revisitado* e *Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua*, aparecem em 10 produções analisadas. Ainda, o autor Ricardo Mendes Mattos volta a ser referenciado em 16 produções, com a obra *Processo de Constituição da Identidade do Indivíduo em Situação de Rua: da rualização à sedentarização*.

Outra autora que é referida nas referências bibliográficas, com diferentes obras, é Maria Cecília de Souza Minayo, citada em 15 trabalhos.

Sobre as questões de exclusão social e desigualdade, são encontradas obras das autoras Maria Carmelita Yazbeck (duas vezes), Aldaíza Sposati (duas vezes) e do autor Robert Castel (três vezes).

Anita Liberalesso Neri, com suas obras na perspectiva gerontológica, foi referenciada 17 vezes. A dissertação de mestrado do autor Jairo da Luz Oliveira, intitulada *A vida cotidiana do idoso morador de rua: as estratégias de sobrevivência da infância a velhice – um círculo de pobreza a ser rompido* foi citada em 5 textos.

Sob a perspectiva da população de rua no Brasil e no Canadá, a obra da autora Cleisa Moreno Maffei Rosa se repete quatro vezes nas produções analisadas. Ainda sobre a temática da população em situação de rua, a autora Silvia Maria Schor, coordenadora da pesquisa censitária da população em situação de rua de São Paulo, foi citada em seis trabalhos.

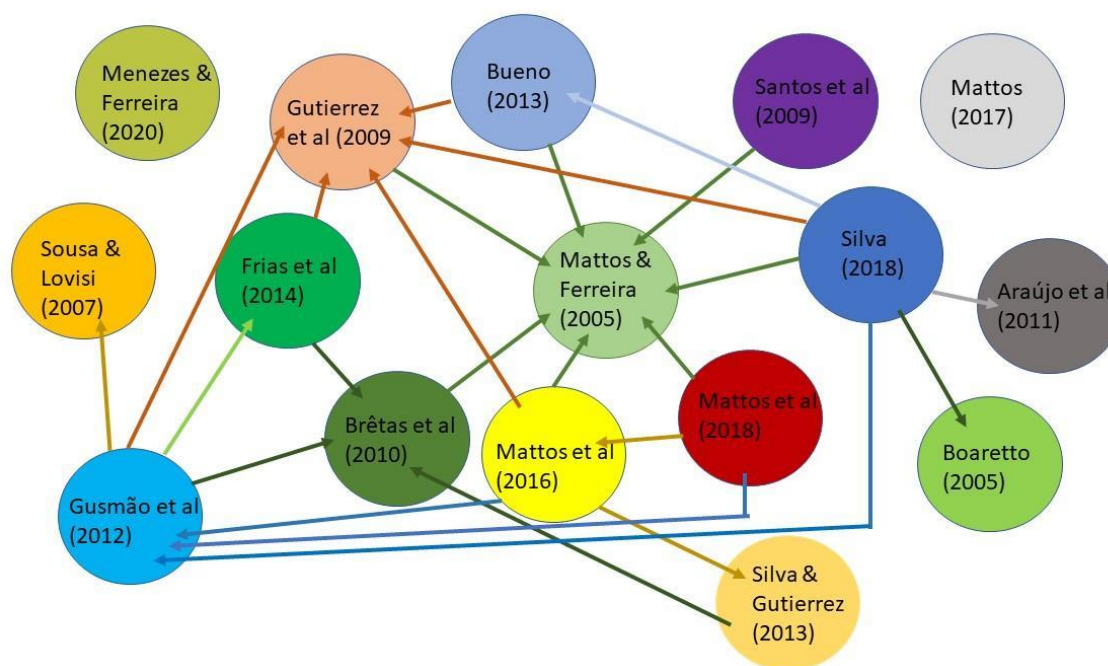
A maior parte das referências foram referenciadas em ao menos duas produções, sendo que algumas referências se repetem várias vezes. Muitas referências acabam se citando entre si, reforçando a questão de que poucos dados e

materiais bibliográficos estão disponíveis para análise e aprofundamento da temática. Foi possível encontrar um percentual de 69% dos autores que se citam entre si.

Entretanto, percebe-se também um percentual de autores que não se citam. Pode-se entender este com base em duas hipóteses: I) algumas obras, que não sejam dos autores mais clássicos, não são valorizadas; II) algumas obras mais recentes não foram citadas. As obras que não foram citadas são dos anos 2009, 2017, 2018 e 2020. Elas representam 31% do total analisado.

Para melhor analisar a relação entre as referências, o Gráfico 6 foi elaborado, no qual há indicação de setas que ligam os autores que se citaram.

Gráfico 6 – Esquema gráfico das citações entre os autores das produções analisadas



Fonte: elaborado pela autora.

As setas demonstram os autores que foram citados. Assim, a seta que está dentro do círculo mostra quantas vezes determinado autor foi citado, sendo que a outra ponta mostra quem o citou. Para estas observações, foram consideradas as obras avaliadas e encontradas ao longo desta pesquisa. Os autores mais citados com a mesma obra foram Mattos e Ferreira (2005), com *O Idoso em Situação de Rua: Sísifo revisitado*, citados sete vezes, pelos autores Santos et al. (2009), Bretas et al. (2010), Bueno (2013), Mattos et al. (2018), Silva (2018), Mattos et al. (2016) e Gutierrez et al. (2009), conforme se observa pelas setas azuis.

Os segundos autores mais citados (cinco vezes) foram Gutierrez *et al.* (2009), com o artigo *Reflexões Bioéticas sobre o Processo de Envelhecimento e o Idoso Morador de Rua*, citados por Gusmão *et al.* (2012), Silva (2018), Frias *et al.* (2014), Bueno (2013) e Mattos *et al.* (2016), como se constata a partir das setas em cor laranja.

Brêtas *et al.* (2010), com o artigo *Quem mandou ficar velho e morar na rua?*, foram citados três vezes, pelos autores Frias *et al.* (2014), Gusmão *et al.* (2012) e Silva e Gutierrez (2013), de acordo com as setas verdes. Outros autores citados três vezes foram Gusmão *et al.* (2012), por Mattos *et al.* (2018), Mattos *et al.* (2016) e Silva (2018), conforme as setas azuis.

Frias *et al.* (2014) aparecem uma vez, citados por Gusmão *et al.* (2012), assim como Silva e Gutierrez (2013), por Mattos *et al.* (2016). Mattos *et al.* (2016) são citados em outra obra, de mesma autoria, Mattos *et al.* (2018).

Araújo *et al.* (2011) foram citados por Silva (2018). Ainda, Sousa e Lovisi (2007) estão nas referências de Gusmão *et al.* (2012). Bueno (2013) foi citada por Silva (2018). Boaretto (2005) está citada em Silva (2018).

Encontraram-se cinco obras que não receberam citações entre as produções analisadas: Santos *et al.* (2009); Mattos (2017); Silva (2018); Mattos *et al.* (2018); e Menezes e Ferreira (2020).

Após a análise das referências bibliográficas, foram examinadas as produções encontradas sobre a população idosa em situação de rua, a fim de categorizar e aprofundar as questões trabalhadas nos artigos, nas dissertações e nas teses.

## 4 EXPLORANDO AS PRODUÇÕES ENCONTRADAS

Após o levantamento, o refinamento e a exclusão de algumas produções, foram realizadas análises a partir da leitura dos textos na íntegra, explorando as categorias encontradas. Ao realizar a leitura na íntegra das obras, a partir da conceituação dos autores, foram elencadas algumas categorias, assim examinando além dos referenciais utilizados. Sendo problematizada a escassez de dados e literatura específica, após este tópico, será apresentado o tópico a pessoa idosa em situação de rua, compreendendo como estão sendo trabalhadas e percebidas essas conceituações na perspectiva dos autores. Além disso, a categoria abandono foi elencada, já que foi tema comum nos artigos analisados, e, por fim, o processo de rualização. Cada tópico analisado foi abordado para trazer aquilo que os autores das produções entendem como relevante.

### 4.1 AS PRODUÇÕES

Ao fazer a busca para a análise, foram encontrados os seguintes artigos: *Quem mandou ficar velho e morar na rua?* (BRÊTAS *et al.*, 2010); *Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público* (SOUSA; LOVISI, 2007); *Idoso em Situação de Rua e Vivência em Centros de Acolhida: Uma Revisão de Literatura* (GUSMÃO *et al.*, 2013); *Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais* (FRIAS *et al.*, 2014); *Dimensões da qualidade de vida de idosos moradores de rua do município de São Paulo* (SILVA; GUTIERREZ, 2010); *Condições e modo de vida das pessoas idosas em situação de rua* (MATTOS, 2017); *Estratégias de gestão para a promoção do acesso à justiça a pessoas idosas em situação de rua em centros de acolhida do município de São Paulo* (SILVA, 2018); *Os desafios de envelhecer na rua* (BUENO, 2013) e *Velhos a margem na margem das ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo* (BOARETTO, 2005); *Velhice e saúde mental: desafios interseccionais para pessoas em situação de rua* (MENEZES; FERREIRA, 2020); *Violência estrutural no modo e nas condições de vida de pessoas idosas em situação de rua* (MATTOS *et al.*, 2018); *Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua* (GUTIERREZ *et al.*, 2009); *O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado* (MATTOS; FERREIRA,



os aspectos relevantes que os autores pensam ou mesmo algumas questões sobre a vida cotidiana das pessoas idosas em situação de rua.

A partir da leitura na íntegra dos trabalhos, foram criados alguns pontos de análise que foram pensados e categorizados para responder aos objetivos desta pesquisa. Assim, cada categoria será analisada para compor o todo desta pesquisa. Além das discussões que os autores das produções analisadas trouxeram, buscaram-se, na literatura, aspectos que pudessem complementar a análise e o debate realizado nas produções. Assim, o Gráfico 8 apresenta as categorias apresentadas das produções.

Gráfico 8 – Esquema dos objetivos da pesquisa com os capítulos desenvolvidos



Fonte: elaborado pela autora.

Assim, o esquema mostra o objetivo geral, desmembrando-se em objetivos específicos, e concluindo com os capítulos, que representam os conteúdos encontrados nos artigos. Nesta estrutura, observam-se as categorizações que se referem a cada objetivo específico. Iniciaremos pela categoria da escassez de dados e literatura específica.

#### 4.2 A ESCASSEZ DE DADOS E LITERATURA ESPECÍFICA

Alguns autores, dentre vários trabalhos analisados, ressaltam a falta de dados e contextualização sobre a população idosa em situação de rua, como indica Brêtas

*et al.* (2010, p. 477): “[há] ausência de dados sociodemográficos e de estudo sobre o fenômeno social da velhice e em situação de rua”. Corroboram com essa questão:

Salientamos que o idoso morador de rua apresenta duas vulnerabilidades: *ser idoso* e, ainda, *morador de rua*. É fato, que a literatura gerontológica não disponibiliza dados suficientes para abordar essa questão. (GUTIERREZ *et al.*, 2009, p. 190, grifos do autor).

Parece ser consenso entre os autores a falta de dados e a escassa bibliografia. Conforme Bueno (2013), “há uma tendência à naturalização do fenômeno”, referindo-se à falta de dados e de informações científicas, ressaltando a consequência deste fator que é a “inexistência de políticas públicas efetivas para enfrentá-los” (p. 39). Ainda sobre essa questão:

A falta de estudos sobre o contexto em que vivem os idosos em situação de rua e a falta de informações sobre as características sociodemográficas dessa população, como um fenômeno social, representa uma lacuna na literatura. (FRIAS *et al.*, 2014, p. 767).

Mattos e Ferreira (2005) reforçam a questão de não haver dados dos órgãos censitários “ao procurarmos dados censitários sobre a população de rua, deparamo-nos com a ausência de um recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito dessa categoria social” (p. 24). Assim, deixam claro que esse fenômeno pode ser considerado negligência e omissão política, para que não precisem qualificar os serviços nem denunciar o número de pessoas que estão vivendo situações de vulnerabilidade nas ruas.

No artigo de Sousa e Lovisi (2007), foram avaliadas cognitivamente pessoas idosas de um albergue público. Esse trabalho foi realizado por médicos via entrevistas. Houve a comparação com artigos internacionais: “o agravo cognitivo e condição de morador idoso em situação de rua é difícil de ser estabelecida, pois há poucas pesquisas sistemáticas referentes a esse assunto” (p. 206). O artigo cita outras produções com a mesma temática, mas reforça a dificuldade para encontrar dados. Ressaltam a importância de efetivar as políticas públicas, com ações específicas.

Santos *et al.* (2009) refletem sobre os idosos ruralizados e os desafios para as intervenções na área da saúde. Trazem à tona a dificuldade de encontrar materiais específicos sobre a temática para embasar a pesquisa proposta:

Ao realizarmos este levantamento bibliográfico foi necessário generalizar a procura para população de rua, retirando a especificidade dos idosos, pois, observou-se que este é um tema muito recente nas pesquisas acadêmicas, o que pode indicar em parte, a invisibilidade da velhice que está nas ruas. (SANTOS *et al.*, 2009, p. 726).

Percebeu-se ser algo comum aos artigos a impossibilidade de encontrar referenciais ou dados estatísticos fidedignos para embasar a escrita e, inclusive, problematizar os processos ocorridos na rua, principalmente com o recorte da pessoa idosa.

Nos artigos avaliados, não se aborda a contextualização do movimento histórico de forma mais detalhada. Entretanto, cabe ressaltar que, durante o processo histórico, alguns avanços foram possíveis, como a trajetória de organização política do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua (PSR) no Rio Grande do Sul (MNPR): “movimento esse que milita, luta, reivindica direitos humanos, melhor acesso às políticas públicas e o direito ao uso democrático dos territórios nas cidades por onde se organiza” (CAMPOS *et al.*, 2017, p. 183).

Campos *et al.* (2017) apresentam, que o ano de 2008, foi de suma importância para os movimentos se formarem e atuarem em prol de uma população que não tinha espaço para denúncias e debates sobre as vivências, os atendimentos e as políticas públicas necessárias. “[O] ano de 2008 foi um tempo de extrema austeridade para quem vivia a situação de rua em Porto Alegre” (CAMPOS *et al.*, 2017, p. 185), referindo-se a relatos de pessoas sofrendo violência, abusos, torturas e diversas violações de direitos humanos, praticadas por profissionais que deveriam garantir espaço de acolhimento, respeito e dignidade, agentes do próprio poder público sendo os responsáveis pelos atos de violência e violação.

A partir dos relatos a que se tinha acesso em Porto Alegre, cria-se uma comissão para entender e atender as demandas. Um grupo de pessoas que acaba por buscar identidade e lutar em prol de todas as pessoas que vivem ou já viveram em situação de rua. Aqui se toma Porto Alegre como base por ser a cidade da autora desta pesquisa.

O processo histórico também passa por algumas crises e momentos de desarticulação, enfraquecendo o movimento. Em alguns momentos, a reorganização e o reestabelecimento do movimento foram necessários para a ampliação do



movimento, sabendo que ainda faltam muitas políticas e distribuição igualitária de recursos no Brasil e no mundo:

A rua não é um lugar fora do nosso mundo, nela existe violência, cooperação, competição, animosidades, amizades, amores, partilhas e tudo que há na vida de quem mora em casas e “a-par-ta-mentos”. O território é vida, têm dinâmicas, estabelece regras, códigos e vivências que precisam ser traduzida para que haja inclusão, para que as políticas cheguem de forma mais humana e qualificada, para desconstruir preconceitos, para que não haja mais tanta violência e criminalização dessas pessoas pela sua própria condição, condição essa produzida pela forma como construímos nossa sociedade. (CAMPOS *et al.*, 2017, p. 196).

Atualmente, a organização das pessoas em situação de rua busca, através do movimento, a de garantia de alguns direitos e uma luta constante. Entende-se que muito precisa se avançar para alcançar uma sociedade que se estabeleça de forma menos desigual, para isso, a busca pela garantia de direitos é permanente.

A falta de dados traz à tona indagações sobre o que motiva, ou melhor, o que não motiva os autores a terem interesse por esse recorte específico das pessoas idosas em situação de rua. O que se pode inferir é que não é uma prioridade pensar a pessoa idosa envelhecendo na rua ou mesmo indo para as ruas já sendo idoso. Arriscaria dizer que não é a falta de interesse em estudar a população idosa, mas a falta de percepção sobre o quanto essa população tem aumentado nas ruas da capital.

Mesmo com escasso material bibliográfico, tentou-se entender os processos já estudados e publicados. Para tal, percebeu-se, entre os artigos estudados, outra categoria em comum, que é a pessoa idosa em situação de rua, tema central abordado por esta pesquisa que precisa ser contextualizado e debatido.

## **5 O ENVELHECIMENTO, A PROTEÇÃO SOCIAL OU A DESPROTEÇÃO E A RUALIZAÇÃO**

Os processos que envolvem a pessoa idosa em situação de rua são de extrema importância para poder aprofundar e entender como conceitualmente a população desta pesquisa está sendo compreendida. Por isso, este capítulo se iniciará a partir do diálogo com os autores que exploram conceitualmente o envelhecimento, a proteção social e seu processo de desproteção social, assim como o processo de rualização.

### **5.1 O ENVELHECIMENTO**

A fim de subsidiar as pesquisas e aprofundar o tema desta dissertação, precisou-se olhar para algumas temáticas que abrangem os estudos das pessoas idosas em situação de rua. Para tal, iniciou-se pela questão do envelhecimento. Compreender teoricamente a questão do processo de envelhecimento se torna importante para entender a especificidade desta pesquisa em adentrar o mundo da pessoa idosa em situação de rua.

Partimos do princípio de que este é um processo, e que isso ocorre ao longo da vida, trazendo características importantes do ciclo vital e de poder articular com outros temas relevantes para a discussão. Antes de aprofundar para as produções encontradas sobre a pessoa idosa em situação de rua, será abordado o que outros autores trazem sobre o aspecto do envelhecimento. Nesta etapa, de forma mais ampla, contextualizar-se-á a velhice, trazendo as particularidades dessa etapa da vida.

Segundo estabelecido pelo Estatuto do Idoso, considera-se idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (BRASIL, 2003). São definidos direitos e deveres da pessoa idosa, que contemplam os direitos fundamentais, as medidas de proteção, a política de atendimento ao idoso, o acesso à justiça e os crimes. Logo nas disposições preliminares, no artigo 2º, pode-se encontrar garantias importantes sobre a proteção integral e a preservação da saúde:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as

oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003, on-line).

Os artigos foram instituídos para pensar e efetivar um lugar de segurança, respeito e reconhecimento às pessoas que passaram por algumas fases da vida e ingressam em outro momento, a velhice. Assim, entende-se que o decurso da vida continua, porém, com algumas particularidades. Condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e, também, da pessoa idosa.

Segundo Irigaray e Schneider (2008, p. 586) “a velhice começou a ser tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais a partir da segunda metade do século XIX”, podendo se perceber o quão recentes são os estudos que tem como foco de interesse para essa faixa etária. Cabe, ainda, refletir como as associações negativas atravessam os séculos, com concepções e representações resultantes de uma construção social e temporal vivenciada pela sociedade com valores e princípios próprios e individuais.

Por outro lado, para Debert (1999), além de atestar a presença de dramas nas imagens de idosos abandonados e em declínio físico e cognitivo, há outras “representações da velhice gratificante, vibrante, produtiva, que ganha expressão quando estão em jogo os programas para terceira idade, como as universidades e grupos de convivência e de lazer” (p. 72). Deixa-se clara a função desses espaços que proporcionam prazer, bem-estar, autoconhecimento e exploração da identidade, além do convívio social.

Visões antagônicas são apresentadas por autores que, além da conceituação, propõem um olhar diferenciado para esta população. Não podemos mais abordar apenas a velhice em contexto único, há diversas representações a serem visitadas.

O envelhecimento é um processo natural a todos os seres vivos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2015, p. 12), em “nível biológico, o envelhecimento é associado ao acúmulo de uma grande variedade de danos moleculares e celulares”, mas essas são mudanças apenas relacionadas à idade de uma pessoa em anos. O envelhecimento vai muito além, pois envolve não apenas mudanças biológicas, mas mudanças em papéis sociais, contextos sociais, ponto de vista, entre outros.

De acordo com Papalia (2010), o envelhecimento primário é um processo gradual e inevitável de deterioração física, que começa desde o dia que nascemos e

prossegue ao longo dos anos. Assim, não adianta que as pessoas tentem fazer algo para escapar. Acontece de forma parecida nos indivíduos da mesma espécie, de forma gradual e previsível. Cada indivíduo está submetido às interferências de diversos fatores determinantes para o envelhecimento, como estilo de vida, alimentação, educação e posição social, embora as suas causas sejam distintas.

Ainda, a autora traz a questão do envelhecimento secundário, que se trata do envelhecimento resultante das interações das influências externas. Este é variável entre indivíduos em meios diferentes e é resultante de doenças, abusos e maus hábitos de uma pessoa, fatores que, em geral, podem ser controlados.

Aspectos como a saúde e longevidade estão estreitamente associados à educação e a outros aspectos do *status* socioeconômico. Alguns estudiosos classificam os indivíduos idosos situando-os em categorias funcionais, que são: meia-idade; velhice; velhice avançada; e velhice muito avançada. No entanto, segundo Papalia (2010), a divisão mais relevante é por idade funcional, que é a capacidade de uma pessoa interagir em um ambiente físico e social em comparação com outros da mesma idade cronológica. A diferença individual estabelece como cada ser humano irá envelhecer e vivenciar este processo. Entretanto, variáveis como sexo, herança genética e estilo de vida contribuirão, determinando entre homens e mulheres as diferenças nos ritmos de envelhecimento que cada um irá manifestar.

Moreira e Nogueira (2008) apontam que, a cada dia que passa, vivenciamos uma sociedade marcada por processos de individualidade, exibicionismo e pouca solidariedade. A contemporaneidade acaba por produzir grande ambiguidade, na qual o envelhecimento humano é investido de valores negativos, tornando o velho, a velhice e o envelhecer indesejáveis e geradores de sofrimento. Ao mesmo tempo, a ciência não mede esforços para aumentar a expectativa de vida.

Ao se pensar a pessoa idosa, buscou-se entender as questões de envelhecimento e as demandas que mudam com o passar do tempo. Considerando o senso comum, as propagandas de televisão e as mídias sociais, é possível analisar dois panoramas diferentes que se contrapõem. Um cenário em que se vislumbram os idosos como pessoas felizes, com saúde e bem-estar, aptos para gastarem seu dinheiro com viagens e muito bem com seu envelhecimento. Outro cenário possível de ser visto é o envelhecimento como algo ruim, de decadência, inutilidade e doença.

A progressiva ampliação da população idosa é algo que traz muitos questionamentos e deixa dúvidas as conceituações encontradas. Cabe refletir o quanto as pessoas idosas estão participando ativamente nesse processo. A reflexão cabe em todas as esferas. Lima (1998) discute a representação dos termos “velho”, “velhice”, “terceira idade” e as diferentes conceituações para cada membro da comunidade que vive ou discute a pessoa idosa:

O aumento da participação social dos idosos e o surgimento de novas representações sobre a velhice e envelhecimento não podem ser explicados unicamente pelo envelhecimento da população, pois são reflexos de mudanças que implicam redefinições das formas de periodização da vida, das categorias etárias que recortam a organização da sociedade e a revisão das formas tradicionais de gerir a experiência de envelhecimento. Um processo de “politização”, com características próprias das sociedades contemporâneas, está alçando a velhice à dimensão pública, tornando mais evidentes os mecanismos e os agentes de sua construção social, bem como explicitado o papel desempenhado por cada um deles: o Estado através de políticas sociais -, o saber científico institucionalizado e as pessoas idosas. (LIMA, 1998, p. 35).

As nomenclaturas e o próprio entendimento de cada etapa da vida do ser humano não são estanques e passam por mudanças. A cada momento histórico que se percebe maior longevidade, tenta-se nomear as etapas da vida. Para tal, discutem-se as ideias de idade cronológica, biológica, psicológica e social. Lima (1998) e Irigaray e Schneider (2008) discorrem sobre essas diferentes dimensões da idade. Analisam e trazem a reflexão sobre a importância de se pensar em vários aspectos envolvidos e não apenas na passagem de dias e horas. É necessária a relativização da idade cronológica para poder se falar de uma pessoa idosa. Por isso, é importante reconhecer que o “envelhecimento é um processo complexo e multifatorial” (IRIGARAY; SCHNEIDER, 2008, p. 592).

Ao mesmo tempo, esses autores indagam o papel das representações sociais para o processo de envelhecimento, o papel da sociedade que busca a cada dia retardar o envelhecimento:

O uso de inúmeros termos e expressões para se referir às pessoas mais velhas e à velhice revela a existência de preconceitos sociais por parte da sociedade e do próprio indivíduo que envelhece. (IRIGARAY; SCHNEIDER, 2008, p. 592).

Frente à demanda por intervenções e um mercado crescente de pessoas idosas, um conjunto, muitas vezes contraditório, de representações e homogeneizações, é acionado no sentido de demonstrar um envelhecimento adequado e uma transição bem-sucedida a essa fase da vida. (LIMA, 1998, p. 39).

Assim, deixam demarcado o quanto o envelhecimento está cada vez mais ligado a uma série de fatores, não só à idade cronológica, mas a todas as demais questões da vida desse sujeito. Não há consenso sobre o que se denomina “velhice”. Segundo Beauvoir (1990, p. 71):

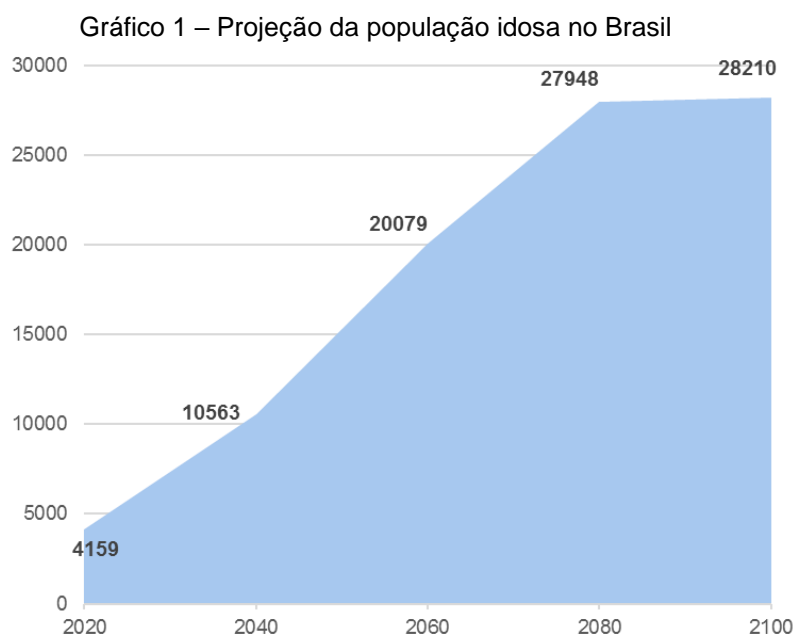
O processo de envelhecimento inclui a fase da velhice, mas não se esgota nela. As qualidades de vida e de envelhecimento relacionam-se com a visão de mundo do indivíduo e da sociedade em que ele está inserido. Assim a velhice passa a ser não apenas um fenômeno biológico, mas, sobretudo, a confluência de fatores socialmente construídos, que conferem *status* diferenciado às pessoas que envelhecem.

Apona-se a relevância de políticas públicas que efetivem as iniciativas voltadas para a manutenção da capacidade funcional, garantindo um envelhecimento digno. As conceituações apresentadas são fundamentais para o trabalho com a pessoa idosa, principalmente pensando numa sociedade em que as pessoas são enquadradas por padrões e pelo trabalho que desenvolvem, fazendo com que as pessoas idosas sejam colocadas à margem.

Analisando os estudos, os dados e as projeções disponíveis, observa-se que algumas pesquisas apontam uma preocupação que surge: o percentual de idosos, que vem aumentando ao longo dos anos. Os questionamentos que ficam são: por quem, qual instância, esses dados estão sendo observados? Quais estratégias estão sendo pensadas ou feitas para que não sejam apenas números, mas haja um plano pensando nas mudanças de ciclo vital das pessoas idosas?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) divulga dados sobre a população domiciliada, assim sendo possível constatar o aumento significativo das pessoas acima de 60 anos. Através dos dados apresentados nos estudos, é possível ver um aumento importante da população idosa na esfera nacional, estadual e municipal. É importante reiterar que os dados do IBGE se referem à população geral recenseada, ou seja, pessoas domiciliadas. O Instituto não tem dados de pessoas em situação de rua.

Outra informação importante é a projeção que se refere à população idosa. Nos dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, apresentados na Conferência Estadual da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul, Saad (2019) exhibe e comenta sobre a mudança que deve ocorrer nas próximas décadas, com a diminuição da população jovem e o aumento da população envelhecida.



Fuente: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects: The 2019 Revision.

Fonte: Saad (2019, p. 27).

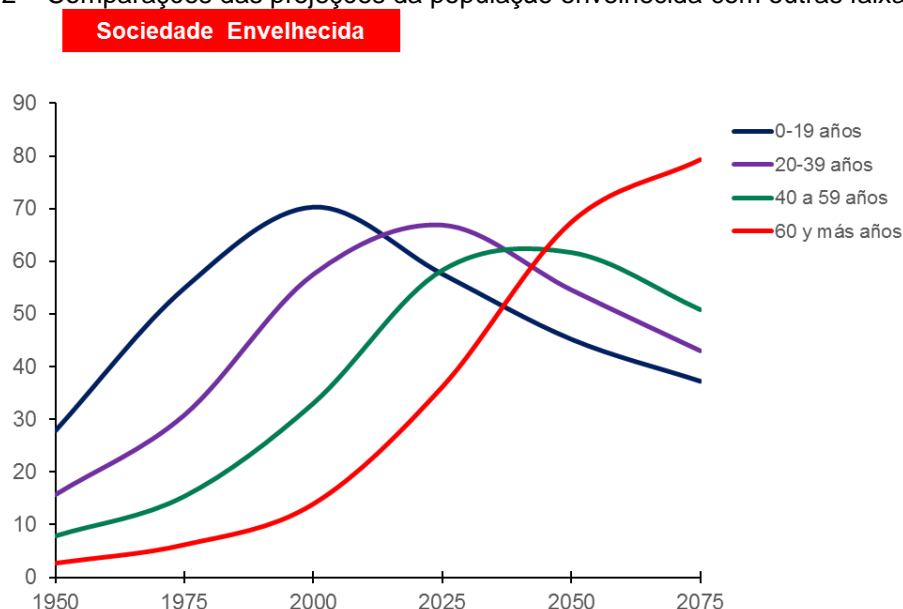
No Gráfico 1, é possível ver o gradativo aumento da população idosa no Brasil. O número de pessoas idosas acima de 80 anos terá aumento significativo, sendo 538 mil em 2020 e 2.92 milhões em 2100. Neste mesmo período, a população total se reduzirá quase 15%, de 231 a 181 milhões.

Saad (2019) comenta pontos importantes que considera como desafios do envelhecimento no Brasil: alta incidência de pobreza; desigualdade; baixa cobertura e qualidade dos sistemas de proteção social; e sobrecarga dos serviços de cuidado na família. O autor ressalta que os sistemas de proteção social permanecem insatisfatórios. Grande parte das pessoas idosas não tem acesso a pensões ou aposentadorias. A cobertura previdenciária da população é muito desigual, o que aumenta as possibilidades de vulnerabilidade econômica e a lenta adaptação dos sistemas de saúde.

Mattos (2017) ressalta que “o Estado deveria garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, assegurando-lhe um envelhecimento saudável e digno” (p. 169), deixando claro que esse processo não é tão simples e eficaz. O que preconiza o Estatuto do Idoso é a vida, um direito individual e social, assim como o envelhecimento. Entretanto, não é difícil encontrar pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, desprovidos de proteção, não tendo nem o básico para a manutenção de uma vida digna e saudável.

Outro gráfico importante de ser apresentado é o da população idosa em relação a outras faixas etárias (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Comparações das projeções da população envelhecida com outras faixas etárias



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Population Prospects: The 2019 Revision.

Fonte: Saad (2019, p. 29).

Nesse gráfico, é plausível fazer a leitura das faixas etárias. Com exceção de 60 anos ou mais, em todas as faixas etárias, é possível observar um aumento significativo e, após essa curva de crescimento, inicia um declínio. Conforme o que indicam as projeções, haverá aumento da faixa de pessoas idosas. Por exemplo, na faixa etária de 20 a 39 anos, o crescimento progressivo deverá ocorrer até 2025, quando haverá a possibilidade de atingir seu ápice. Já as pessoas idosas, que em 1950 eram poucas, em 2025, espera-se que comece um considerável aumento e uma progressão que seguirá ao longo dos anos. Pode-se identificar o declínio da população jovem no



Brasil. É possível ver o topo da linha do gráfico nos anos 2000, e, a partir deste, ocorre a diminuição da população.

Saad (2019) elenca algumas oportunidades com esse aumento da expectativa de vida: um aumento da população em idade potencialmente ativa, sendo que praticamente todos os países se encontram no mesmo período. Enquanto desafios do envelhecimento populacional, pode-se citar o aumento da população potencialmente dependentes e uma forte pressão fiscal sobre os sistemas de pensão, saúde e cuidados.

Considerando o aumento da longevidade, cada vez mais real, é essencial olhar para a produção de conhecimento que vem, ao longo do tempo, sendo gerado, não podendo deixar que isso permaneça somente no âmbito teórico, sem ser aplicado para as pessoas idosas. Mattos (2017) ressalta a importância da participação da pessoa idosa em todos os processos, para que se possa compreender as multifacetadas cenas em que se encontram essas pessoas envelhecidas. Assim sendo, é necessário considerar com atenção elementos como a sociedade, as questões econômicas, culturais e de poder e a ação social, bem como a subjetividade, a interpretação do envelhecimento e o reconhecimento da heterogeneidade do processo de envelhecimento.

A importância das teorias para o avanço do conhecimento sobre o envelhecimento se marca no sentido de respaldar propostas de intervenção, as quais cada vez mais demandam a atuação das diversas profissões no campo da gerontologia. O conhecimento já sistematizado orienta as melhores perspectivas que atendem às peculiaridades do envelhecimento brasileiro. (MATTOS, 2017, p. 21).

Esses aspectos são de extrema importância para a compreensão da população desta pesquisa: as pessoas idosas em situação de rua. Há mais pessoas idosas em situação de rua pelo aumento da expectativa de vida e pela não efetivação da proteção social?

Não há material representativo para explorar esse questionamento. Enquanto prevalece a suposição, o que é importante e deve ser ressaltado é a falta de dados de órgãos estatísticos que apontem o número de pessoas idosas em situação de rua. Continua-se sem poder debater os dados quantitativos, sem saber quantas pessoas estão desprotegidas por estarem nas ruas.

## 5.2 A PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RUA

*“A miséria de uma criança interessa a uma mãe, a miséria de um rapaz interessa a uma mulher, a miséria de um velho não interessa a ninguém”.*

(Victor Hugo)

Ao iniciar esta pesquisa, olhar para a pessoa idosa e adentrar na questão da pessoa idosa em situação de rua foi, de fato, um desafio literário e de materiais bibliográficos. Percebeu-se que há poucos estudos sobre a especificidade da faixa etária da pessoa idosa com a intersecção da situação de rua. Desejar-se-ia perceber que este fato ocorreria por não haver pessoas na rua. Entretanto, constatou-se que não é essa a questão, mas sim a possível falta de interesse ou de incentivo para que se estude essa população.

Percebe-se a importância da criação e da manutenção de políticas públicas com vistas ao envelhecimento saudável, ativo e que vise à qualidade de vida. “A vulnerabilidade e desigualdade social no Brasil são realidades prementes, pois existe uma carência de serviços essenciais, relacionados à saúde e assistência social, voltados para os idosos” (FRIAS *et al.*, 2014, p. 767). Atentar para as desigualdades e ofertas de serviços voltados à população de pessoas idosas é de suma importância.

A situação de rua pode ser transitória ou permanente. Esse fator é importante para contextualizar essa população que encontramos vivendo nas ruas. Saber há quanto tempo as pessoas pernoitam na rua é fundamental para entender como o processo de rualização vai se constituindo. A particularidade da pessoa idosa é relevante para pensar no processo de rualização e no tempo de permanência nas ruas. A partir disso, pode-se entender o movimento que essas pessoas estão fazendo, se elas já estavam em situação de rua e acabaram por envelhecer nas ruas, ou se buscaram como alternativa de sobrevivência o acolhimento nas ruas, depois de já estarem no processo de envelhecimento. Ambas as situações são de extrema importância, e estamos falando de processos de negligência, abandono, falta de políticas sociais, cuidado, proteção e tantas outras questões que podem acometer as pessoas. Estas estão com suas vidas expostas às intempéries das ruas e à mercê dos processos que acontecem quando se utiliza o espaço público como privado.

Gutierrez *et al.* (2009) salientam que as pessoas, ao estarem no processo de envelhecimento, podem experimentar níveis de vulnerabilidade que colocam em risco a integridade pessoal e o seu estado de saúde. Os autores também salientam que, no Brasil, há altos índices de vulnerabilidade e desigualdade social. Assim, a população idosa encontra-se desprovida de padrões básicos de atenção e de serviços tanto na área social quanto social.

A condição de se tornar mais velho não é um atributo protetor, pelo contrário, no contexto de vulnerabilidade a longevidade passa a ser uma experiência onerosa na medida em que a possibilidade de interação com o ambiente e a manutenção da saúde ficam prejudicadas. (GUTIERREZ *et al.*, 2009, p. 192).

Ao considerarmos uma velhice saudável, com muitos avanços em todas as áreas, os recursos são muitos para se falar de um processo e de conquistas para a longevidade. Entretanto, ao abordarmos pessoas idosas em situação de rua, precisamos pontuar os processos de perdas e fragilidades que acontecem, nas quais os princípios de dignidade e liberdade são desrespeitados, e a longevidade se torna um desafio.

Frias *et al.* (2014) referem que a sucessão de dias na rua faz com que a pessoa idosa “vivencie um processo progressivo de perdas” (p. 767) que acaba por influenciando em diferentes e nos mais diversos aspectos, forçando a pessoa idosa a depender das instituições e dos serviços ofertados para a realização dos processos mais básicos para a sobrevivência, como comer, higienizar-se e ter um local para pernoitar. Tal situação acaba por tirar a autonomia das pessoas idosas, que passaram a vida com outra forma de vivenciar suas experiências, a independência social, que acaba por implicar na valorização do ser humano e em uma melhor qualidade de vida. Entende-se que a pessoa idosa, quando passa por esse processo de dependência ou mesmo perda da sua independência, acaba por vivenciar um luto importante.

Esse luto precisa ser refletido para entender os processos vivenciados por cada indivíduo que está no processo de envelhecimento. A pessoa idosa acaba perpassando por processos muitas vezes penosos, que produzem dor, ainda que seja natural. As perdas das pessoas idosas são inúmeras, tais como morte de pessoas importantes – como amigos, familiares, companheiros –, questões deficitárias que acontecem ao corpo, fim de relações de trabalho, sociais e familiares. Essas perdas,

reais e simbólicas, podem acabar acontecendo de forma concomitante, o que pode causar ainda mais prejuízo físico e emocional.

É sabido que estamos envelhecendo desde o momento que somos concebidos. Porém, como cada indivíduo passa pelas etapas do ciclo vital e as oportunidades, que surgem ao longo da vida, acabam por interferir no processo de envelhecimento.

A partir das questões de diferenciação entre cada indivíduo com o processo de envelhecimento, questiona-se: como dar conta dos cuidados dessa pessoa idosa que está nas ruas e não consegue se reorganizar com vários processos acontecendo ao mesmo tempo? Essa problemática é relevante para uma reflexão e, além disso, para a possibilidade de proporcionar uma vida digna a estes indivíduos, estejam em situação de rua ou não.

A sociedade e a valorização da pessoa idosa são aspectos importantes de serem pensados, já que temos países e culturas nos quais a pessoa idosa é reconhecida por sua história e experiência. No Brasil, não encontramos esse processo de apreciação da pessoa idosa e de suas contribuições de forma cultural. O que pode ser visto e ouvido, com muitos estigmas, é que a pessoa idosa é um custo, um peso para a economia e a previdência social. Apesar disso, muitos lares brasileiros são sustentados pelas aposentadorias de pessoas idosas.

É imprescindível pensar como as pessoas estão chegando na velhice considerando todos os descréditos que acometem as pessoas envelhecidas. Falar das pessoas idosas que estão na rua é falar duplamente de situações que talvez, de maneira geral, não queremos falar, notar, dar voz e saber que estão acontecendo. Por isso, é indispensável reiterar que a pessoa idosa em situação de rua está sob uma ótica duplamente desprotegida. Por tais razão, há tanta dificuldade de encontrar materiais e produções acadêmicas a respeito de tal tema.

Para Silva (2018), viver nas ruas é um processo cruel de inclusão e exclusão que influencia no exercício e no acesso de direitos das pessoas idosas, o que acaba por transformar e ressignificar os processos que vão ocorrendo.

Sendo assim, os idosos em situação de rua ou que nela envelheceram possuem identidades próprias e singulares. O autor ainda acentua o fato de que idosos, bem como outros grupos, dão à rua uma significação de uso que não existiria sem sua presença. Nesse sentido Rosa (1995) afirma que viver na rua não é apenas dormir na rua, mas sim criar uma nova forma de viver. As ruas também se transformam com a presença das pessoas. (SILVA, 2018, p. 28).

Muitos são os problemas que se encontram ao se tratar da pessoa idosa em situação de rua, muito fica exposto quando se está nas ruas, e se tratando de uma pessoa idosa, esta exposição fica duplicada. A rua acaba por ganhar outra personificação quando acolhe as pessoas idosas no seu contexto: uma expressão de pessoas com longa história de vida. É um processo diferenciado de ser jovem na rua. A vulnerabilidade e a violação dos direitos precisariam de cuidado redobrado e careceriam de muito mais afeto e respeito, já que este é um público que tem como direito fundante ser cuidado, efetivando os direitos por ele conquistado.

Boaretto (2005) comenta um importante aspecto a ser considerado, que já discutimos nos referenciais desta pesquisa: a diferenciação da idade cronológica, social e biológica.

A velhice, neste trabalho, é compreendida de acordo com seu fundamento histórico e social, o que significa não fixar uma idade cronológica e sim aproximar os sujeitos de modo a agrupá-los a partir da vivência em comum de uma experiência particular. (BOARETTO, 2005, p. 59).

Menezes e Ferreira (2020) também trazem a questão de compreender a velhice em diferentes aspectos, não somente a idade cronológica, para pensar papéis e significados de envelhecer: “além da idade, é necessário compreender a realidade regional, territorial, cultural e de distribuição de renda – bem como as várias dimensões que perpassam a velhice e o envelhecimento, tais como: sociais, biológicas e psicológicas” (MENEZES; FERREIRA, 2020, p. 50). Assim, há muitos prismas sob os quais se pode realmente entender o conceito de envelhecimento.

Boaretto (2005) deixa claras as nuances para se atuar com pessoas em situação de rua. A percepção dos próprios indivíduos e trabalhadores da área é mais escolhida do que as idades cronológicas dos sujeitos pesquisados. A velhice compreendida dessa maneira se caracteriza por uma elaboração simbólica, já que considera o contexto particular de envelhecer.

Ao longo da vida e do ciclo vital, há papéis que podem mudar, como o papel social de homem e pai de família, de provedor do lar e dos seus entes, podendo este indivíduo se fragilizar com o envelhecimento. Este pode continuar sendo a única renda

da casa, mas passando de cuidador a alguém que precisa ser cuidado, de um papel ativo socialmente a alguém que precisa entender o próprio processo de envelhecer.

Dentre as categorizações percebidas na análise dos trabalhos, outra característica enfatizada é o abandono das pessoas idosas em situação de rua. Aspecto esse que pode ser considerado não só uma especificidade da pessoa idosa em situação de rua, nossa temática, mas um fenômeno que ocorre com a população idosa de forma geral. Junto ao abandono, vêm o descaso e o desinteresse.

### 5.3 O ABANDONO

Com o envelhecimento habitual, ocorrem diminuições dos limites e da capacidade funcional de cada indivíduo, tendo o bem-estar físico, emocional, social e espiritual abalado. Com o processo de envelhecimento não sendo saudável para todos e sendo a fragilidade um aspecto que atinge alguns idosos, o abandono é um aspecto que pode ser percebido na categorização de vulnerabilidade. Por mais que se esteja estudando sobre a pessoa idosa em situação de rua, percebe-se que o abandono está em todas as classes de pessoas idosas. É comum lermos notícias ou ouvirmos histórias de abandono de pessoas idosas.

O que se sabe é que a família acaba por abandonar, não necessariamente por negligência, mas sim por não perceber os processos de envelhecimento ou se dar conta das fragilidades apresentadas com o passar do tempo. Assim, parece haver uma falta de consciência social sobre o envelhecimento e as necessidades dessa etapa do ciclo vital.

Por entender a importância da prevenção do abandono e da violência da pessoa idosa, 15 de junho é o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa. Costa (2020 *apud* BRASIL, 2020a) relata a importância das denúncias e de a população estar atenta ao compromisso com a população idosa, que merece o respeito e proteção.

No começo de março tivemos 3 mil denúncias, em abril esse índice passou para 8 mil e, em maio, foi para quase 17 mil. Isso se dá devido ao isolamento social, ao convívio maior desses idosos que estão em casa, são pessoas vulneráveis e, por isso esse aumento de denúncia. Nem sempre o aumento da denúncia corresponde ao ato de ter cometido a violência, mas é importante que as denúncias ocorram porque isso mostra que a comunidade está preparada para

denunciar esses casos no Disque 100 do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. (COSTA, 2020 *apud* BRASIL, 2020a, on-line).

O Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa reforça a importância de a população conseguir cuidar das pessoas idosas e salienta que esse é um dever de todos. Como os números de violações têm aumentado, o cuidado precisa também aumentar.

No Brasil, em 15 de junho de 2020, foi lançada uma cartilha com orientações sobre como identificar e denunciar a violência praticada contra a pessoa idosa. Com o título *Violência contra a pessoa idosa: vamos falar sobre isso?*, a cartilha ainda orienta sobre a prevenção a esse tipo de violência.

Encontram-se duas formas de abandono da pessoa idosa: I) o abandono material, que trata das pessoas que não têm como sustentar a si mesmo e a alguém, ou algum órgão precisa assistir a pessoa idosa que não tem como se sustentar, se manter ou se cuidar; e II) o abandono afetivo, que é a falta de carinho, de convivência e de zelo de forma geral. Quando não existe acolhimento da família e da sociedade e aceitação do envelhecimento, várias demandas podem acarretar doenças psíquicas, o que acaba causando doenças fisiológicas. Além disso, deve-se considerar os aspectos sociais, que evidenciam que o abandono é devastador.

Cabe lembrar que o abandono pode ter como consequência uma pena criminal, pois o Estatuto do Idoso prevê punição de reclusão para esses casos. O abandono afetivo também prevê penalizações. Questões de violência agregam uma penalidade ainda mais severa. Não é à toa que alguns órgãos e programas foram criados para que se pudesse denunciar situações de maus tratos ou abandono, como a delegacia do idoso e outros canais de denúncia.

A conscientização parece ser um fator importante para que possamos superar o abandono e entender o processo de envelhecimento. A violência contra a pessoa idosa não pode existir. O envelhecer pode se tornar algo natural e gratificante, assim podendo ser valorizada a experiência de cada indivíduo. Percebe-se que o abandono não é um fator exclusivo da rua, mas sim do processo de envelhecer.

O medo e as vivências de abandono foram fatores encontrados nas produções analisadas. “[...] *‘não acredito em milagres’; ‘sou velho e ninguém vai me ajudar’*: frases que ressaltam o sentimento de descaso e abandono, enfim, são tantos anos na

rua, que não veem perspectiva de sair dessa situação” (BUENO, 2013, p. 88, grifo da autora).

Chama a atenção que esse abandono é colocado em diferentes segmentos da vida e por diferentes esferas, seja a familiar, seja pelo poder público, sem a efetivação de uma política pública que contemple essas pessoas idosas em situação de rua. Ressaltam Brêtas *et al.* (2010, p. 479), “viver na rua sempre pressupõe condições precárias de vida, discriminação, baixa autoestima e abandono da sociedade de uma forma geral e de seus antigos vínculos familiares”. Além das percepções gerais dos participantes das entrevistas, é feita uma reflexão acerca do papel dos direitos das pessoas idosas, leis e Estatuto do Idoso, já que acaba se percebendo o contrário do que está previsto:

[...] o que vemos é um contingente significativo da população idosa ainda sofrendo, dentre outras coisas, de negligência, discriminação, crueldade, opressão, abandono material e afetivo, sendo que muitos deles estão em situação de rua, apesar das políticas públicas instituídas, preverem a proteção e direitos dos cidadãos [...]. (BUENO, 2013, p. 36).

É de suma importância a reflexão sobre a realidade oposta ao que preveem as legislações. Ao falarmos das pessoas em situação de rua, não temos algo que enfatize o ser pessoa idosa na rua e, ao adentrarmos as legislações da pessoa idosa, não achamos a especificidade da pessoa idosa em situação de rua.

Cabe pensarmos o papel e o poder do imaginário social sobre as pessoas em situação de rua e combatermos esses estigmas que são criados. Para muitas pessoas, ou no imaginário da população, aqueles em situação de rua são dependentes químicos, estão na situação de rua por “merecerem” ou por possuírem fragilidades de saúde mental, o que acarreta abandono não só por parte da sociedade, mas também de setores governamentais que deveriam garantir a proteção.

Em relação a esse processo de exclusão/inclusão que acontece – inclusive ao não falar sobre não demarcar uma importante etapa da vida, a velhice –, cabe refletir o quanto tal processo serve ao controle social e à manutenção da desigualdade social, motivo pelo qual a exclusão se insere na luta do poder. Conforme Patiño e Faria (2020, p. 43), “a dialética da exclusão/inclusão fundamenta-se numa perspectiva ético-psicossociológica para mostrar como a inclusão social é um processo de disciplinarização dos excluídos”. Ainda que sejam conceitos indissociáveis, duas faces



da mesma moeda, de forma a incluir e reproduzir a miséria, deixando o rótulo de “inclusão social”, reproduzindo práticas de exclusão e abandono.

Gusmão *et al.* (2012) refletem sobre o papel do Estado na vida das pessoas idosas em situação de rua, mesmo com o Estatuto do Idoso garantindo a proteção à vida e a saúde através de políticas públicas:

[...] depara-se, frequentemente, com idosos em situação de miserabilidade, desprovidos de tal proteção capaz de lhes assegurar a manutenção das necessidades básicas de vida. Assim sendo, evidencia-se o despreparo do próprio Poder Público e da sociedade para atender os preceitos legais. (GUSMÃO *et al.*, 2012, p. 316).

Ao entendermos o papel do Estado e da sociedade civil, podemos perceber que a situação de abandono, com laços enfraquecidos, repete-se na vida das pessoas idosas em situação de rua. Gusmão *et al.* (2012) propõem pensar o papel dúbio que a sociedade apresenta, já que, ao mesmo tempo que ignora e não quer as pessoas usando as ruas como suas moradias, faz campanhas publicitárias para que se arrecadem alimentos e cobertores. Entretanto, somente com campanhas, não estamos falando de garantias dos direitos nem da efetivação de políticas públicas para os idosos ou para a população em situação de rua.

Menezes e Ferreira (2020) apontam a importância de aprofundarmos as questões de desigualdade e o quanto estas fazem parte do sistema capitalista como forma de produção:

Compreendendo o cuidado para com esta população, faz-se necessário perceber e entender que a população em situação de rua está inserida em um contexto social, econômico e cultural permeado por conflitos, desigualdades sociais, que são advindas do modo como o sistema capitalista é estruturado e organizado. (MENEZES; FERREIRA, 2020, p. 51).

Assim, compreende-se como, de fato, as pessoas em situação de rua precisam buscar alternativas para a sobrevivência em todos os aspectos. Cabe a reflexão sobre o quanto se deixa de ser protetivo ou apoiativo, repetindo-se violências e fragilidades sofridas pelas pessoas idosas em situação de rua. Esse processo se origina de todos que deveriam ter função protetiva: a família, o Estado e a sociedade civil.

Entende-se “negligência”, “violência”, “abandono” como sinônimos e atenuantes nos quais poderíamos enquadrar as pessoas em situação de rua.

Portanto, ainda que no texto da proteção às pessoas idosas não encontremos a especificidade de pessoa em situação de rua, deve-se entender que, no momento que não estamos efetivando a proteção, acabamos abarcando todas as pessoas que estão desprotegidas.

Por isso, ao pensar a pessoa idosa em situação de rua, acaba se repetindo uma desproteção. Não falar sobre esse desamparo é algo muito significativo que precisa ser considerado e olhado novamente. Por não haver a especificidade da pessoa em situação de rua nas prerrogativas de proteção, não significa que não devemos pensar no segmento de pessoas idosas que estão nessa situação específica, por vezes temporária e por vezes permanente, já que se pode constatar a literatura denunciando a falta de dados e de literatura específica.

Como ponto em comum para abranger e aprofundar a discussão, surge a questão da realização, processo pelo qual passam as que se encontram na rua, transitoriamente ou não. Nesta discussão, dar-se-á ênfase às pessoas idosas em situação de rua, para compreender como as produções estão identificando esse processo.

Depois de contextualizar o processo de envelhecer e o abandono, foi importante entender e trazer para a discussão a questão da proteção social e o quanto as pessoas idosas em situação de rua estão desprotegidas. Adentrar essa contextualização, para poder problematizar a proteção social, é o objetivo da próxima seção.

#### 5.4 PROTEÇÃO SOCIAL OU DESPROTEÇÃO SOCIAL

Ao iniciar este tópico, há um grande desafio: falar da proteção social e do quanto isso está ligado ao público desta pesquisa, qual seja, pessoas idosas em situação de rua. Contextualizar, teorizar e debater algo tão complexo, com certeza, é um obstáculo a ser vencido, mas não esgotado.

O termo “questão social”, embora já existisse antes, foi empregado nominalmente pela primeira vez em 1830. É descrito como fundamental para o corpo social moderno, que, após as revoluções industrial e francesa, “foi suscitado pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são ao

mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial” (CASTEL, 2005, p. 30).

Para a psicologia, este termo e a forma de se trabalhar com o que surge acabam sendo recentes, tendo em vista o olhar que se tinha para as problemáticas, a partir do qual, muitas vezes, tentou-se mudar a realidade social no seu fazer. É notável o quanto a psicologia comunitária no Brasil precisou avançar e se voltar aos estudiosos da área para entender os processos e as formas de se tratar a questão social. Baima e Guzzo (2019) trazem importantes reflexões sobre as possíveis relações entre as mudanças neste aspecto. Reforçam a questão histórica e marcam o que se poderia identificar como a inflexão política que opera no campo desde meados de 1990, com o objetivo de:

[...] caracterizar o que se está propondo como uma inflexão política na trajetória histórica da Psicologia Comunitária no Brasil e sinalizar essa inflexão como um processo problemático. Um processo indicador de um recuo político questionável e que deve ser mencionado nos debates sobre os sentidos da transformação social e da função social do(a) psicólogo(a). (BAIMA; GUZZO, 2019, p. 70).

Pereira (2013) e Pereira (2016) concordam que não é tão simples alcançar explicação teórica única para embasar a questão social. Parte-se do princípio de que proteção social não é apenas social, mas também política e econômica. Ainda, várias formas de proteção social já foram vivenciadas na história “em grande parte de inspiração piedosa, tais como caridade, como virtude cristã; e a beneficência, filantropia e assistência privadas como virtudes altruísticas ou deveres morais de ajuda voluntária e solidária aos desvalidos” (PEREIRA, 2016, p. 22).

Complementando, sobre a importância histórica da questão social, do movimento repleto de contradições e da inserção dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, Schuch, Gehlen e Dornelles (2012) concordam que houve conquista com a superação do assistencialismo, entretanto, ressaltam ser longa “a trajetória a se percorrer para sua materialização na vida social dos cidadãos brasileiros. Os direitos sociais se instituem a partir do novo modelo de proteção social e são ampliados a todos” (p. 72).

Sposati (2018) discute sobre os processos de gestão e a da proteção social que não cumprem a sua função. Isso ocorre em detrimento de uma gestão fragmentada do Estado que repassa sua responsabilidade:

[...] proteção social naturalizada e extraída de seu valor de direito humano e civilizatório é transformada em mercadoria, cujo valor agregado e estratégico é direcionado a interesses que comprometem sua finalidade protetiva, e ampliam as desigualdades sociais. (SPOSATI, 2018, p. 2316).

Muitas vezes, esta é vista pejorativamente, como tutela do Estado. Algumas das mudanças conceituais de proteção social, que foram ocorrendo ao passar dos anos, puderam ampliar o olhar e o entendimento, assim devendo suscitar transformações das intervenções dos profissionais, bem como surgindo medidas protetoras voltadas a outros aspectos.

Castel (2005) adverte que, apesar de vários grupos sociais se encontrarem às margens da sociedade, há o efeito da “questão social”, ou seja, aquilo que é denominado expressão da questão social. Pode ser comparado a um bumerangue, no qual “os problemas suscitados pelas populações que fracassam nas fronteiras de uma formação social retornam para o centro” (CASTEL, 2005, p. 34).

É de suma importância entender a questão social para nos debruçar sobre e qualificar a forma com que nos relacionamos com os atores envolvidos, bem como entender o quanto estamos imersos enquanto cidadãos e fazemos parte ativa das questões da sociedade.

Para Castel (2005, p. 34), “os integrados, vulneráveis e desfiliaados”, pertencem ao mesmo conjunto social. O problema é constituir a unidade desses grupos numa esfera social, questionando se a redefinição da economia e da competência social deve ser realizada ao preço de excluir grande parte da população.

Sobre o papel do Estado e suas políticas públicas, cabe a reflexão das contradições que são necessárias e as falsidades da produção capitalista. Qual o papel do Estado de fato? O quanto as políticas são criadas para a superação ou para a manutenção das situações de rua, de vulnerabilidade extrema pobreza? Nesse sentido:

[...] a luta em defesa das políticas sociais, dos direitos e da democracia tem ampla importância em uma conjuntura de desmantelamento do Estado social. Entretanto, essa luta deve ser construída a partir de uma correta abordagem sobre as determinações fundamentais tanto do Estado e suas políticas quanto da própria questão social. (BAIMA; GUZZO, 2019, p. 75).

Pensando que o capital produz a população excedente, é de suma importância refletir sobre as pessoas idosas em situação de rua, que já tiveram empregos, casas, família e acabam temporariamente, alguns mais tempo do que outros, utilizando a rua como espaço de moradia. Pode-se encontrar muitas questões da vida dos sujeitos rompidas ou bastante estremecidas.

A fome vem da incapacidade de absorver toda a população. Por isso, temos as pessoas em situação de rua, considerando outra possível vulnerabilidade que é ser uma pessoa idosa. Para dar conta de pensar sobre as questões postas, adentraremos no ponto que já temos efetivamente: a política de proteção social.

[...] isso explica por que a proteção social, a despeito de, em princípio, se contrapor à lógica da rentabilidade econômica privada, nunca esteve, na prática, livre de enredamentos nas relações de poder, nas quais exerce regulações favoráveis ao domínio do capital sobre o trabalho. (PEREIRA, 2013, p. 637).

A Assistência Social, como política de proteção social, configura-se como uma situação recente para o Brasil. Significa garantir a todos que dela necessitarem, sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção. A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS traz um novo campo para o sistema de bem-estar do brasileiro, o da Seguridade Social, juntamente à saúde e à previdência social.

Ater-se-á mais em um dos vértices deste triângulo para discutirmos as questões apresentadas: a Seguridade Social e a Assistência Social. A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia), de acolhida e de convívio familiar. Na Assistência Social, há duas grandes proteções com complexidades diferentes: básica e média.

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de

vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada, que atua como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos territórios. É responsável pela organização e pela oferta de serviços de Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas, articulação com serviços e programas do SUAS, em níveis de complexidades diferentes, bem como articulação com outros serviços de diferentes secretarias.

[...] a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos. (BRASIL, 2004, p. 42).

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF, cuja execução é obrigatória e exclusiva.

A Proteção Social Especial destina-se às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, dentre outros. Estas requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Encontra-se uma divisão, na proteção especial: a de média e alta complexidade.

São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesse sentido, requerem

maior estruturação técnico-operacional, atenção especializada e mais individualizada e/ou acompanhamento sistemático e monitorado. Diferente da proteção social básica, trata-se de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um serviço público de Assistência Social, regionalizado. Seu objetivo é desenvolver ações de proteção e acompanhamento às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos e risco social.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade atende pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de lhes garantir proteção integral – moradia, alimentação, higiene e trabalho protegido para família e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Sobre a desigualdade e os sistemas de proteção, Pereira (2016) traz uma reflexão sobre a ideia de igualdade e do seu contrário – desigualdade –, que reside no coração da proteção social capitalista. Ao capitalismo, não interessa extinguir a desigualdade social, pois é dela que ele se alimenta e a partir dela que se reproduz.

No atual contexto histórico da proteção social a alusão às necessidades é essencial frente a qualquer tomada de decisão política. Contudo, sua tradicional imprecisão conceitual, somada às opiniões discordantes acerca de seu conteúdo e particularidade, contribui para que essa discutida categoria, seja, ainda hoje, extremamente controversa. (PEREIRA, 2016, p. 57)

Recorrente no discurso ideológico do sistema capitalista, a contradição está nos escritos, deixando claro para quem serve e que, em alguns momentos, são necessárias as idas e vindas. O trabalhador não mais escravizado contribui para outra forma de exploração, a da sua força de trabalho (PEREIRA, 2016).

Ao adentrar a seguridade social, pode-se olhar o histórico de vários países, com comparações e críticas que Silva (2012) refere em sua obra. Perpassando o histórico da proteção, no qual a Seguridade Social, no âmbito do Brasil, a Constituição Federal de 1988 partiu de um sistema já existente, levando-se em conta a experiência de outros países. Também, protegiam-se fundamentalmente os empregados estáveis, fortalecendo sua inclinação Beveridgiana, por força das pressões sociais que marcaram o processo constituinte, o que resultou na ampliação de sua natureza híbrida. Entende-se “híbrida” como direitos derivados e dependentes do trabalho

(Previdência Social, de forma contributiva), com direitos a caráter universal (Saúde, direito universal) e direitos seletivos (Assistência Social, seletiva para quem dela precisar), ou seja, o tripé da Seguridade Social estudado de um novo prisma. A autora aponta o caráter de correlação de forças que se estabeleceu no processo constituinte.

Silva (2012) afirma que seguridade social também é uma iniciativa da sociedade. Quando vista isoladamente nesta definição, pode soar como uma abertura ao incentivo à “mercadorização” da proteção social. Ressalta-se o desmonte da seguridade social no Brasil no que se refere a direitos e alcance social. A autora traz os fundamentos da categoria de trabalho marcada pelo desemprego elevado, prolongado e crescente, a precarização do trabalho, o crescimento da chamada “economia informal”, o fortalecimento do sistema capitalista e a cooptação de movimentos sociais pelas forças políticas no poder (problematiza esta questão como um risco).

Esse risco eminente se traduz ao olharmos para as ruas das grandes capitais e observar o aumento de pessoas em situação de rua de todas as faixas etárias. Sejam pessoas utilizando os espaços da rua como suas casas ou como meio de sobrevivência, conceitos utilizados em Porto Alegre como “rua moradia” e “sobrevivência”, respectivamente. As disparidades sociais apresentadas na sociedade podem ser compreendidas nas vivências das ruas.

A realidade social é atravessada por diversos fatores que se interconectam numa relação processual e dialética. Buscar o contexto histórico possibilita entender com mais propriedade o momento vivido na história, e assim compreender o contexto atual, da sociedade contemporânea e do fenômeno população em situação de rua. (PIZZATO, 2012, p. 42).

Assim, a seguridade social desfigura-se sistematicamente, por meio da crescente mercantilização da saúde e da previdência e da expansão da assistência social como instrumento de legitimação política e ideológica do governo e das desigualdades sociais existentes (SILVA, 2012).

Diante do processo histórico e do desmonte que acaba por acontecer, com interesses alheios, com idas e vindas, os indivíduos acabam por sofrer a penalização deste complexo sistema e passam a estar desprotegidos – na atual pesquisa, a rua representa o cenário dessa desproteção. Outro fator importante que Mendonça e Pereira (2013) destacam são as consequências de se ter uma população envelhecida



e o impacto que terá nos sistemas de proteção. Assim, é de suma importância refletir sobre como esse processo de envelhecer será percebido e vivenciado, “os quais requererão medidas de prevenção e proteção às pessoas idosas “aqui e agora”, para evitar que o aumento da expectativa de vida seja visto como problema, em vez de conquista” (p. 144).

Considerando a importância de olharmos para a pessoa idosa, cabe reforçar o destaque de visibilizar a realidade das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, este estudo investiga o que tem sido produzido sobre essa temática no Brasil. Trata-se, portanto, de uma revisão das produções científicas produzidas sobre essa população, realizada com o intuito de compreender as questões que vêm sendo problematizadas e os enfoques adotados. Por isso, perpassar-se-á a questão do processo de ir às ruas, buscando uma breve contextualização deste decurso.

Cabe ressaltar que a presença de pessoas vivendo nas ruas das cidades se impôs progressivamente como problema público em diversas cidades no mundo. Uma questão inicialmente social e territorial se transforma também em questão humanitária (FILGUEIRAS, 2019).

Ao entender a relevância da questão humanitária que está por trás da desproteção social, precisa-se identificar quem está se dando conta ou não deste processo, o que será possível ver posteriormente com a questão da falta de dados específicos. Outro tópico importante de refletirmos, ao abordarmos a questão humanitária e da proteção social, é o conceito, que também é processo, de “rualização”, uma expressão importante da desproteção que as pessoas que vivem nas ruas perpassam.

## 5.5 RUALIZAÇÃO

Ao definir conceitualmente as pessoas em situação de rua, encontra-se o decreto nº 7.053, de 23 dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), que é resultado do diálogo do Governo Federal com representantes da sociedade civil. Nele, há a seguinte definição de População em Situação de Rua:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os

logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, on-line).

Entretanto, ao considerar as representações sociais de senso comum, muito pode ser encontrado, sendo que a sociedade acaba percebendo as pessoas em situação de rua por diferentes ângulos. Entendem-se ora pela perspectiva do abandono, da fragilidade, da passividade e da impotência – sendo, assim, “vítimas” das condições desiguais de existência, da precariedade da rede de proteção social do Estado ou das situações da vida cotidiana e, por essa razão, “merecedores de ajuda e caridade” –, ora como responsáveis pelas condições em que se encontram, “sujeitos desviantes, vagabundos inadaptáveis ao trabalho e, portanto, ameaçadores da ordem pública por seu ‘potencial criminoso’” (LEMÕES, 2013, p. 41).

Pensando a perspectiva de ocupação nas ruas, o direito de ir e vir e de usar o espaço público, bem como explorando o processo de retirada das pessoas em situação de rua, Pizzato (2012) traz para a reflexão a realidade vivenciada nas ruas e os processos sociais de exclusão, a forma de tratamento recebido e a representação:

O lugar que ocupam nas cidades é o de não cidadão, sujeitos que devem ser “vigiados” pelo Estado, pois oferecem “perigo” à sociedade e, portanto, não podem permanecer por muito tempo, ou nem mesmo parar nas calçadas, em bancos de praças e parques. Com frequência, são retirados dos locais que ocupam através de remoções realizadas pelo poder público ou expulsos por vigilâncias privadas. (PIZZATO 2012, p. 47).

A ida para rua, a vivência na rua, o fazer da rua sua residência não ocorrem de forma imediata. Esse processo vai ocorrendo de forma gradual, por um contingente complexo de situações, de alternativas, de enfrentamentos da questão social, em um processo contínuo (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Machado (2012) refere que há uma complexidade e uma historicidade por trás da terminologia para classificar a população que estabelece uma relação diferente com a rua. “Morador de rua” ou “sem-teto” nos remete àqueles que moram nas ruas, restringindo a uma única condição dessas pessoas: o fato de não terem uma habitação, uma casa, um espaço privado para residir, um endereço fixo de domicílio, sem contemplar outros aspectos. Esse conceito deve fazer refletir se é uma condição

estanque, que não mudará, permitindo vários estigmas às pessoas que se encontram nas ruas.

Ao tentar classificar ou enquadrar com a nomeação, precisa-se ter uma atenção ao corrigir, por exemplo, a própria terminologia de “moradores de rua” para “pessoas em situação de rua” é um desafio constante. A utilização da expressão “pessoas em situação de rua” procura enfatizar a diversidade e a pluralidade encontrada no espaço da rua:

Apreendê-los como sujeitos em processo de rualização é reconhecer que necessariamente não precisam ter introjetado o mundo da rua como vínculo maior. Quando se fala em vínculos na rua considera-se sim o tempo de vivência nesse mundo, a constância, a permanência, as estratégias utilizadas, a dependência, as inter-relações construídas e introjetadas e isso de fato faz a diferença. (MACHADO, 2012, p. 55).

É necessário enfatizar que a ida para a rua é um processo. Não é estanque, mas sim, como remete o nome, um decurso. Por isso, utiliza-se o termo “rualização”. É de suma importância reconhecer e entender que este vai muito além de uma escolha ou de um processo individual:

O processo de rualização é uma questão das cidades e compreende dimensões complexas a partir da exclusão das populações mais empobrecidas oriundas de uma sociedade dividida em classes. Portanto, devem estar no palco das discussões, planejamento, avaliações e implementações das políticas públicas, em consonância com a vida da cidade, às populações em situação de rua, atendidas em sua integralidade, enquanto sujeitos de direitos. (PIZZATO, 2012, p. 55).

Faz-nos refletir sobre o processo público e privado do uso das cidades, que se tem no processo de rualização. Considerando a perspectiva de quem está vivenciando e não apenas das nomenclaturas, recorreu-se a outras produções, que deram conta de ouvir e perceber como a sociedade enxerga e traz resolutividade para as pessoas em situação de rua.

Costa (2010) e Filgueiras (2019) concordam com a importância de pensar o papel que cada pessoa tem na sociedade. A existência de pessoas morando nas ruas inquieta quem vive ou visita uma cidade, os comerciantes e o poder público, sendo que, muitas vezes, o que se busca é uma higienização, a retirada dessas pessoas dos logradouros da cidade:

A existência de pessoas vivendo nas ruas, como vimos nos comentários dos leitores é algo incômodo, mas não é preocupante para elas. Estar numa situação de privação socioeconômica como a das pessoas vivendo nas ruas é ser passível de ações pelo Estado, é ser digno de morrer, de sofrer esterilização, migração forçada e internação, em outras palavras, é não deter autonomia, não ser pessoas, não ser agente. (COSTA, 2010, p. 74).

Filgueiras (2019) retrata muitos exemplos das “limpezas urbanas” dos moradores de rua, estes que podem ser encontrados nas ruas das cidades, embaixo de marquises, nos espaços públicos, nas praças, nas calçadas e nas pontes. Para essas pessoas, houve ações das prefeituras de diversas localidades que envolveram pessoas da segurança pública e as equipes de trabalhadores da área social. Pessoas em situação de rua serviram “como exemplos” para essa retirada arbitrária, sem que houvesse um plano de atendimento efetivo e eficaz. Essas pessoas são consideradas estorvos à circulação de pessoas e veículos, com seus pertences, animais, ou seja, suas vidas foram retiradas dos espaços de moradia, já que o que para alguns é espaço de passeio ou travessia, para outros é espaço de moradia. “Essas pessoas são consideradas pelos demais moradores como indesejáveis, fora do lugar, poluidores do espaço urbano com seus corpos e pertences” (FILGUEIRAS, 2019, p. 118).

Por mais que haja uma parte da sociedade que exija que as cidades sejam limpas, é necessário refletir sobre o papel de cada pessoa na ida para a rua: o sujeito que está neste processo, o poder público e a sociedade em geral. Não se pode deixar de perpassar pela questão da higienização. Cunda (2018) faz a reflexão do controle que é exigido “nos arranjos de controle sanitaristas e higienistas das cidades, a rua obviamente tornou-se um espaço de vigilância” (p. 105). Vigilância essa que muitas vezes não é realizada como forma protetiva, e sim apenas tratando-os como “objetos” que precisam ser retirados das ruas da cidade.

Pode-se observar, nas ruas das grandes metrópoles, o aparente aumento das pessoas que transitam e pernoitam nas ruas. Foi necessário buscar dados atualizados sobre esses números. Cabe ressaltar que o censo do IBGE ou qualquer outro tipo de recenseamento não considera as pessoas que pernoitam nas ruas. Uma das justificativas para tal fato se encontra na literatura.

traz à tona o que se pôde constatar: o Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua, nem qualquer outro tipo de contagem ou censo. Além

de não possuir esses dados, sequer está entre os objetivos dos censos a averiguação da população não domiciliada. Essa ausência, entretanto, justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais.

O mesmo autor, Natalino (2016) apontou a importância de ter, no censo populacional de 2020, a contagem da população em situação de rua, a fim de suprir a carência de dados; ainda, publicou dados de estimativa em relação a essa população. Tendo em vista a situação de isolamento social no Brasil em 2020 e 2021, não houve o recenseamento pelo IBGE. Em tempo, é relevante trazer à tona que, nos documentos provisórios da análise de levantamento de dados publicizados, não constavam as pessoas que estão situação de rua como público-alvo que iria ser recenseada. Ou seja, mais uma vez, a população em situação de rua permanece fora dos dados oficiais. Assim, entende-se que as pessoas em situação de rua, não podendo ser estatística, não são consideradas para a efetivação de políticas sociais.

Esses dados são de suma importância, porque acabam por reascender uma discussão importante, a de efetivação de políticas públicas. É interessante se pensar as motivações por trás de não se ter dados sobre a população de rua. Quase não há dados estatísticos sobre as pessoas em situação de rua, ou seja, não se encontram dados, em números ou percentuais, sobre quantas pessoas utilizam a rua como espaço de moradia. Os dados encontrados acabam por não traduzir a realidade, já que os estudos mostram a dificuldade de realizar levantamentos do número de pessoas. Ao debatermos a questão da pessoa idosa, entende-se que deveria ser um público diferencial para os dados e necessitaria um olhar especial. Ao considerar as questões de proteção social, os dados são ainda mais escassos ou inexistentes.

Buscaram-se principalmente os dados do município de Porto Alegre. Foi localizada uma pesquisa de 2016, resultado de um contrato entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre. No relatório quanti-qualitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre, publicado por Gehlen e Schuch (2016), é possível encontrar uma tabela que mostra dados de população com o critério de faixa etária, conforme a

Tabela 1. Os percentuais de variação foram incluídos para melhor análise dos dados expostos.

Tabela 1 – Número de pessoas em situação de rua com a classificação de faixa etária

Faixa etária	2007-8		2016		Variação
	Freq.	%	Freq.	%	em %
De 18 a 24 anos	237	19,7	170	9,9	- 28%
De 25 a 34 anos	361	30	495	28,7	37%
De 35 a 44 anos	266	22,1	501	29,1	88%
De 45 a 59 anos	263	21,9	435	25,3	65%
60 anos ou mais	39	3,2	120	7	207%
NS/NR	37	3,1	-	-	
<b>Total</b>	<b>1203</b>	<b>100</b>	<b>1721</b>	<b>100</b>	<b>43%</b>

Fonte: Adaptado pela autora com base em Gehlen e Schuch (2016, p. 30).

É possível verificar aumento significativo de pessoas em situação de rua em praticamente todas as faixas etárias. Considerando os dados de 2007-8 e de 2016, houve elevação total de 43% no número de pessoas em situação de rua. Realizando a leitura nas minúcias das faixas etárias, pode-se observar um expressivo crescimento em cada faixa, com exceção da dos jovens de 18 a 24 anos, na qual foi detectada uma diminuição de 28%.

Ainda, em relação à pessoa idosa, houve crescimento de 39 para 120 pessoas. Essa variação foi a maior da pesquisa realizada, com um crescimento de 207%. Pode-se inferir, nesta leitura, que vários dos adultos de 45 a 59 anos transicionaram para a vida idosa permanecendo na rua. Não foi analisado – ao menos, não está explícito – se as pessoas foram para as ruas da capital depois de idosas. O foco da pesquisa de Gehlen e Schuch (2016) não foi de analisar o recorte da pessoa idosa, e sim todas as faixas etárias.

A pesquisa mostra também o tempo de permanência na rua. Segundo Gehlen e Schuch (2016, p. 8), “os dados das entrevistas por amostragem apontam que um quarto (25,3%) dessa população está há pelo menos um ano vivendo nessa situação. Em paralelo, a permanência na rua por mais de cinco anos para 47,8% dos entrevistados”. Esses dados reforçam que diversas pessoas em situação de rua passam muito tempo sem superar essa problemática ou fragilidade, até se tornarem pessoas idosas, permanecendo em situação de rua. Cabe ressaltar que, além da quantidade de pessoas em situação de rua já ser um dado importante, que requer atenção especial, o ser pessoa idosa e o estar em situação de rua acabam por ser

duas características importantes de se considerar ao pensar em risco, proteção e fragilidade, sem esquecer dos direitos fundamentais de cada um.

Os idosos em situação de rua, de acordo com a política de proteção social, devem ser atendidos pelo CREAS, entendendo a complexidade de suas demandas. Este deveria dar conta das questões apresentadas, trabalhando com esses idosos não só a saída da rua, mas também o seu diálogo com a rua. Entende-se que a ida para as ruas não se dá de forma única e simples. Há vários fatores e uma dinâmica própria para que tal situação ocorra e permaneça. Assim, os trabalhadores sociais não podem simplesmente querer que a saída das ruas se dê de forma abrupta e única. É necessário o entendimento de um complexo sistema que há por trás de cada indivíduo.

Segundo Mattos (2017), as pessoas idosas em situação de rua acabam por vivenciar a velhice de forma diferenciada: “envelhecer e perceber o processo através do comprometimento das capacidades funcionais é uma realidade apontada pelas pessoas idosas em situação de rua” (p. 171). É de suma importância conhecer o processo de envelhecimento das pessoas idosas em situação de rua, reiterando-se a relevância da superação dos estigmas e do preconceito.

Mattos *et al.* (2016) reforçam as adversidades que as pessoas idosas em situação de rua acabam por vivenciar, sendo que resistir à discriminação por serem idosos e pobres é um desafio para eles. Além disso, há a missão de todos quanto ao que acontece e o dever de cuidado, que são mais que necessários:

Ao mesmo tempo, é um compromisso da comunidade ética promover a equidade e a justiça social, assegurando acesso universal aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais, incentivo à diversidade e participação social, comunitária e nacional de grupos discriminados, além de considerar as potencialidades do sujeito e o processo de realização com olhar interdisciplinar e intersetorial, garantindo os direitos humanos básicos e a inserção/ inclusão dessa população na sociedade. (MATTOS *et al.*, 2016, p. 215).

O que está sendo proposto é que todos repensem sobre o papel que exercemos enquanto sociedade e poder público, para que cuidemos e exerçamos as proteções necessárias sobre as pessoas idosas e as pessoas idosas em situação de rua. Esse público deve ter atenção dupla, se tratando de uma pessoa idosa e estando em vulnerabilidade por estar na rua.

Ao dar continuidade a esta seção, cabe ressaltar o quão difícil é conceituar as pessoas que vivem nas ruas e falar dos muitos estigmas que são comumente por elas enfrentados devido à condição de morar nas ruas. Por vezes, o que se encontra são preconceitos e julgamentos, muitas vezes, sem embasamento ou dados de realidade.

Trata-se de pessoas percebidas como seres que desorganizam a sociedade e deixam ruas e locais públicos feios e malcheirosos. Sofrem violência, passam por situações que não são dignas das condições humanas, são desacreditadas e marginalizadas, não obtêm reconhecimento social e recebem *status* de desvalorização pelos demais membros da sociedade. Um dos estigmas que tenta se romper é a questão da nomenclatura a ser utilizada, a fim superar termos estigmatizantes como “morador de rua” ou “mendigo”, que carregam aspectos extremamente pejorativos e estereótipos.

Conforme Quintino e Faria (2020), são inúmeras as vulnerabilidades, a violação de direitos e a exposição à violência que sofrem as pessoas que vivem em situação de rua. São utilizados muitos elementos para compor a vida desses sujeitos: “pedaço de papelão, caco de telha, cobertor, sofá e colchão velho, candeeiro a álcool, carrinho de supermercado... São essas peças que constroem o dia a dia das pessoas em situação de rua” (QUINTINO; FARIA, 2020, p. 306). Portanto, buscam-se autores que corroborem a contextualização desse processo que passam as pessoas em situação de rua: a rualização.

Bueno (2013) discute que, para além da denominação atribuída às pessoas em situação de rua, encontram-se situações limites em suas vidas, que acabam por gerar abandono familiar. Por isso, eles deixam o lar e encontram na rua uma alternativa para se manterem, expressando as desigualdades econômicas, políticas e culturais de classes sociais, expressões da questão social:

Na contemporaneidade, quando se fala de população de rua, não há dúvidas de se trata de um segmento social que expressa uma situação limite de pobreza, cujos componentes gerais são a vulnerabilidade socioeconômica, o rompimento de laços familiares, o alcoolismo e o uso de outras drogas, saúde precária e as constantes andanças. (BUENO, 2013, p. 19)

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que deve ser visto, além de como insuficiência de renda, como falta de acesso aos serviços básicos e ao trabalho. Esse



limite de pobreza e de laços enfraquecidos pode ser entendido como um grande fator de ida às ruas.

Para Silva e Gutierrez (2013), há uma diferença importante entre “ficar na rua”, “estar na rua” e “ser da rua”. A população de rua é heterogênea e atribui diferentes significados ao processo de rualização:

“ficar na rua” pressupõe uma situação esporádica, na qual as pessoas apresentam um projeto de futuro e almejam retomar as funções profissionais e pessoais; também apresentam laços familiares bem constituídos e mantêm forte ligação com as atividades de vida anteriores. O “estar na rua”, sugere a diminuição do contato com a família, com as atividades anteriores e a descoberta de novos vínculos na rua. O “ser da rua”, entretanto, indica a formação de uma identidade relacionada à rua, rompimento dos laços familiares, alterando-se o modo como as relações são formuladas e as formas de conceber o mundo. (SILVA; GUTIERREZ, 2013, p. 149).

O fenômeno no qual as pessoas, inclusive idosos, “deslocam-se de suas casas para viverem na maior parte do tempo nas ruas é denominado de “rualização”. A rualização é um processo que se tornou comum na paisagem social dos grandes centros” (SANTOS *et al.*, 2009, p. 724).

Mattos e Ferreira (2005) afirmam que a questão da rualização faz parte de um círculo de pobreza e “inserção prematura no mercado de trabalho, gerador de inserções temporárias, irregularidades e instáveis no sistema produtivo” (p. 23). Deixa claro que rualização é um aspecto processual de estada na rua, como um momento da vida em que cada percurso é individualizado, particular, por vezes temporário, ainda que muitas vezes a permanência seja duradoura.

Entende-se que “estar na rua” e “ser da rua” fazem parte desse processo, que não é estanque. Ou seja, o processo de rualização abarca os inúmeros fatores que levaram a pessoa a ser parte disso. Cabe ressaltar que não se está buscando um culpado, mas sim entender as lacunas que puderam existir para que pessoas acabem indo para rua. Para tal, entende-se a falta de políticas públicas, ou melhor, a não efetivação dessas políticas, como importante lacunas para que as pessoas passem algum (ou todo o) tempo de suas vidas nas ruas.

O processo de rualização acaba por ser uma violência com as pessoas. Ao considerarmos uma pessoa idosa nesse processo, localizam-se, ao menos, duas modalidades de violação.

A realização faz parte de um círculo de pobreza e inserção prematura no mercado de trabalho, gerador de inserções temporárias e instáveis no sistema produtivo. A vulnerabilidade familiar, o alcoolismo e a itinerância são destacados como componentes gerais desta situação. (SANTOS *et al.*, 2009, p. 724).

Para entendermos o processo de violência a que as pessoas em situação de rua estão expostas, apoiamo-nos no que traz Gutierrez *et al.* (2009, p. 194): “violência estrutural, desse modo, pode ser a mola propulsora para a violência pessoal, orientada para outras pessoas que também vivem na mesma condição”. As pessoas idosas em situação de rua precisam mudar suas estratégias para que possam sobreviver, ficando muito claros os processos violentos que se perpassa nas ruas. Este pode ser entendido como um processo cíclico, pois muitas vezes são vivenciadas violências dentro das e pelas famílias, e, ao irem para as ruas, essas pessoas acabam enfrentando outros tipos de violência.

Silva (2018) traz à tona que muitos termos encontrados nas publicações se relacionam ao trabalho ou a doenças mentais, muitos carregados de preconceitos, não condizentes com o entendimento das políticas públicas, por vezes não representando toda a população em situação de rua. “A maioria das expressões identificadas remetem a uma imagem negativa da população em situação de rua” (SILVA, 2018, p. 17). Alguns termos foram modificados ao longo dos anos, e, mesmo que não se tenha um consenso sobre a terminologia a ser usada, é importante enfatizar que é relevante o modo como as pessoas em situação de rua vivem e vivenciam. Para tal, cita-se a heterogeneidade da população em situação de rua. Entretanto, é pertinente que percebamos o que há em comum: a pobreza, a inexistência de moradia convencional e a violação dos direitos básicos.

A contextualização do termo não tendo consenso e com o entendimento que é um processo e não algo estanque. O processo de realização deveria ser uma questão das cidades como um todo, de várias políticas trabalhando em prol dos sujeitos envolvidos, e não a limpeza urbana que já contextualizamos. Dever-se-ia compreender as dimensões complexas e o processo de exclusão das populações mais empobrecidas ou em situação de vulnerabilidade, considerando-se além das situações econômicas. Conseqüentemente, devem ser discutidas, planejadas e implementadas as políticas públicas, em consonância com a vida da cidade, e as

pessoas em situação de rua devem ser atendidas em sua integralidade, enquanto sujeitos de direitos.

Além dos artigos analisados, para compor esta conceituação, foram necessárias outras buscas para melhor embasar esta seção sobre a realização. Cabe ressaltar também que a Psicologia, enquanto formação da pesquisadora, não pode ficar de fora dessa contextualização. Por isso, buscaram-se fragmentos da perspectiva da Psicologia sobre esse processo.

A Psicologia foi sendo inserida aos poucos no campo das políticas públicas, cuja prática profissional esteve historicamente a serviço dos segmentos sociais favorecidos nos consultórios particulares. Ao ampliar sua prática profissional e atuar nas políticas públicas, os psicólogos também passam a atuar com pessoas em situação de rua. É importante deixar claro que o fenômeno da população em situação de rua é uma das expressões da questão social e tem se colocado como um desafio às práticas psicológicas no campo das políticas sociais (SAWAIA et al., 2018).

Pode-se atentar a alguns pontos desse desafio, por exemplo, a questão de não considerar o sujeito inserido na sociedade. Como pontuam Sawaia et al. (2018, p. 110), “é preciso atentar para o risco de a investigação reforçar o enfoque individual e naturalizante do fenômeno e de cair na “psicologização” dos problemas sociais”. É preciso entender o sujeito como alguém que está dentro de processos sociais que ocorrem, e não acabar por repetir as concepções de que as pessoas em situação de rua são “socialmente ameaçadoras”, isentando o poder público e a sociedade da responsabilidade. Não significa que, ao apontarmos isso, estamos dizendo que as pessoas em situação de rua não necessitem de um olhar individualizado, ou que não haja questões de saúde mental, mas o que aqui se reflete é a importância de pensar além da Psicologia e não olhar somente para as patologias.

As análises sugerem também que há uma lacuna nas pesquisas psicológicas que debatem políticas públicas para o atendimento a esse grupo social: a ausência de problematização da prática do profissional de psicologia nesse contexto, assim como dos desafios vividos em sua prática diária. E, quando o fazem, salientam apenas a escuta, e sobremaneira, na perspectiva clínica. (SAWAIA et al., 2018, p. 112).

Sawaia et al. (2018) deixam essa importante reflexão sobre a lacuna de entendimento e de prática profissional ao lidar com a questão social, com as políticas

públicas. Ao se falar da pessoa em situação de rua, esse processo não está distinto e superado. Ainda existem estudos que reiteram a perspectiva de que o cuidado em saúde mental deve ser prioritário em detrimento à questão social, por vezes reforçando se tratar muito mais de sofrimento mental do que de um problema histórico e social.

É papel do psicólogo transcender a falta e o entendimento equivocado das vulnerabilidades encontradas e avaliadas, ampliando o olhar e as intervenções, podendo atuar de fato com e nas políticas públicas:

ao se trazer o tema população de rua para o debate acadêmico, a transmutação da invisibilidade em visibilidade pode resultar em uma visibilidade perversa das pessoas inseridas nessa condição, quando descomprometida com a mudança social e com a escuta atenta às singularidades que compõem essa dramática realidade. Dessa forma, cabe à psicologia oferecer reflexões de como é vivida a desigualdade nas formas mais perversas, para compreender o “subsolo humano da exclusão” e alimentar a práxis apoiada na preocupação de resguardar o sujeito potente para todas as pessoas. (SAWAIA *et al.*, 2018, p. 116).

Cabe refletir criticamente sobre as práticas, os conceitos e as categorias. O entendimento e a sensibilidade são imprescindíveis para uma escuta qualificada com as pessoas em situação de rua. Assim, devolve-se a voz a essas pessoas que vivenciam invisibilidade e processos muito sofridos por estarem nas ruas.

A realidade social é atravessada por diversos fatores que se interconectam numa relação processual e dialética. Buscar o contexto histórico possibilita entender com mais propriedade o momento vivido na história, e assim compreender o contexto atual, da sociedade contemporânea e do fenômeno população em situação de rua. (PIZZATO, 2012, p. 42).

As disparidades sociais presentes na sociedade demonstram a lógica de acumulação do capitalismo, e o avanço tecnológico serve de alavanca para mudanças e consequências no mundo do trabalho, da produção do consumo. É fundamental pensar que se vive em um sistema ceifa os processos de liberdade e os direitos humanos, percebendo-se de forma clara a dominância de uma classe sobre a outra, deixando a dignidade humana de lado. A partir dessa perspectiva, pode-se perceber o processo de estar nas ruas.

A perversa desigualdade que acomete os grandes centros urbanos agrava as expressões da questão social. Ao transitar pelas ruas das grandes capitais e avistarmos pessoas em situação de rua, observam-se essas expressões da questão social, ali postas a olho nu. Essa população é historicamente exposta a muitas formas de discriminação e violência.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar o processo de Mestrado, com um projeto que previa perceber as estratégias de sobrevivência das pessoas idosas em situação de rua, tinha o intuito de observar para uma porção da população. População esta que é extremamente importante para a sociedade e para os conceitos de humanidade e de ser humano que enquanto pessoa a pesquisado têm, mesmo que por vezes estas mesmas pessoas são esquecidas socialmente. Muitos questionamentos surgiram, ao longo do pensar aquele projeto – aquele outro, já que precisou deixar de existir em função da pandemia e das condições sanitárias necessárias de isolamento. Além da modificação das questões metodológicas da pesquisa, as bibliotecas passaram a não receber público. Isso dificultou o acesso a alguns materiais, restringir as buscas às plataformas digitais e às bibliotecas pessoais.

Continuar com a temática principal – a pessoa idosa em situação de rua – não foi uma dúvida, e sim uma certeza. Tinha plena convicção de que a pessoa idosa em situação de rua era o objeto a ser pesquisado, apenas o processo metodológico precisou ser reformulado. Ao escolher a temática, o que permeou a pesquisa foi olhar para a população idosa em situação de rua e entender como estão sendo estudados, já que pode ser visto um aumento do número de pessoas em situação de rua. A partir da curiosidade e do entendimento das fragilidades encontradas pelas pessoas em situação de rua e possíveis aspectos vulneráveis das pessoas idosas, juntaram-se esses temas para entender como a pessoa idosa em situação de rua tem sido vista, e mais, se tem sido percebida. Foi possível compreender, ao longo dos estudos do mestrado e das propostas de estudos do programa de pós-graduação no qual estive inserida, que estamos falando em políticas públicas e em proteção social.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e analisar parte da produção brasileira sobre as pessoas idosas em situação de rua. Foi possível perceber como essa população é pouco estudada e percebida pelos profissionais que deveriam atendê-la ou, ainda, pelo poder público. Surgiram muitos questionamentos e uma constatação, que vem como uma denúncia: pouco se estuda e publica sobre a pessoa idosa em situação de rua. Essa questão foi comprovada pela escassez de dados e literatura sobre a pessoa idosa em situação de rua. Percebe-se que as pessoas em situação de rua são trazidas para a problematização. Entretanto, em relação à particularidade da pessoa idosa, há poucos dados e literatura específica, sendo que,

além da análise da produção brasileiras nas plataformas já citadas, algumas reuniões com serviços da rede de atendimento puderam constatar essa mesma dificuldade.

Ao explorar as produções, alguns conceitos puderam ser compreendidos, como a questão do abandono – situação essa que parece ser algo comum à pessoa idosa, de forma geral, e mais intensa com a pessoa idosa em situação de rua, já que estamos falando de ao menos duas fragilidades que se unem quando uma pessoa idosa acaba usando os espaços da rua como espaço de moradia e sobrevivência. Enfatiza-se que, ao se dialogar de ir para as ruas, estamos falando de falta de alternativa e não escolha. Isso parece ser confundido, ao menos no senso comum; por não temos tantas publicações sobre a temática, essa confusão acaba sendo reforçada, e não contrariada.

Ao iniciar esta pesquisa, a partir de refinamentos e categorizações, pode-se ter uma contemplação para as pessoas que publicam sobre a pessoa idosa em situação de rua, aqueles profissionais e estudiosos que estão interessados em estudar e explorar aspectos sobre a temática. Constatou-se que a área da saúde possui influência científica nesta área de estudo. Muitos dos trabalhos analisados contam com a participação das pessoas em situação de rua, tratando-se de relatos, estudos de caso e entrevistas, o que acaba sendo um excelente indicativo, já que a participação social é efetivada de fato. Explorar as características profissionais desses estudiosos no tema da pesquisa foi muito importante.

Identificando e categorizando as principais temáticas relacionadas à população idosa em situação de rua, além do abandono, podemos entender o processo de rualização que é encontrado. As pessoas não decidem ir para as ruas. Muitas vezes, isso surge de uma sucessão de situações dolorosas que acaba por acontecer, com laços rompidos ou fragilizados. Situações-problema ocorrem até que a pessoa precisa ocupar os espaços públicos, como sendo única alternativa para seu espaço privado.

Outra categorização explorada foi a conceituação da pessoa idosa em situação de rua. Uma complexidade ocorreu nesse processo, já que se trata de uma parte da população sobre a qual não se tem muitos estudos. Por isso, com a escassez de dados, soma-se a falta de estudos sobre a particularidade da faixa etária, o que dificultou o processo de conceituação. Ao longo desta pesquisa, comprovam-se a dupla fragilidade dessa população, o fato de que a rualização acontece sem que o poder público a entenda, a particularidade de ser pessoa idosa nas ruas e as perdas

oriundas na transição para esta faixa etária. Entretanto, um questionamento para o qual não se encontrou resposta é se as pessoas passam suas vidas nas ruas e acabam, por esta exclusão, representando a desproteção social nas ruas, ou se as pessoas idosas vão ocupar as ruas já estando no processo de envelhecimento.

O que mais chama a atenção nos processos, seja da rualização, seja do abandono, seja do olhar para a pessoa idosa em situação de rua, é a questão da proteção social, ou melhor, da falta dela. Isso impacta diretamente as pessoas envolvidas e desprotegidas, neste caso, a pessoa idosa que, como expressão das políticas públicas, acaba permanecendo nos espaços das ruas, envelhecendo e sofrendo as consequências das intempéries da rua e do tempo. Constatou-se que a falta de políticas públicas específicas pode ser um fator importante para que essa população não seja discutida teoricamente pelos profissionais, pelo poder público ou sequer pela sociedade civil. Fato este que entristece e causa certa revolta, ao mesmo tempo que evidencia a importância de articular, problematizar e ser potência para que as pessoas idosas em situação de rua sejam vistas e ouvidas e acessem seus direitos.

Há necessidade de pensar e efetivar, para que as pessoas idosas tenham, a cada dia que passa, mais qualidade de vida e um envelhecer digno, o que parece não condizer com o estar nas ruas. Esses elementos também têm extrema importância, para que as pessoas que estão nas ruas, independente da faixa etária, superem a situação de rua e saírem desse espaço, transicionando para espaços protetivos. Que bom se esses espaços pudessem ser suas casas, com todas as necessidades básicas atendidas – aí sim falaríamos de superação, saúde mental e dignidade.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Claudia Lysia de Oliveira *et al.* Para um perfil do idoso-andarilho. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 14, n. 2, p. 175-185, 2011.
- BAIMA, Larissa Soares; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia e questão social: considerações sobre projetos políticos da Psicologia Comunitária ao longo de sua trajetória histórica no Brasil. **Psicologia Política**, v. 19, n. 44, p. 65-77, 2019.
- BOARETTO, Roberta Cristina **Velhos à margem na margem das ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BRASIL. Aumenta número de denúncias de violação aos direitos de idosos durante pandemia. **Notícias do Governo do Brasil**, Brasília, 15 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/aumenta-numero-de-denuncias-de-violacao-aos-direitos-de-idosos-durante-pandemia>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui A Política Nacional Para A População em Situação de Rua e Seu Comitê Intersectorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2009.
- BRASIL. **Estatuto do idoso**. Lei federal 10.741, de 1 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. Brasília, DF: Casa Civil, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. 2020b. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS – PNAS, 2004.
- BRÊTAS, Ana Cristina Passarella *et al.* Quem mandou ficar velho e morar na rua? **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 476-481, 2010.

BUENO, Ermelinda Maria. **Os desafios de envelhecer na rua**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPOS, Richard *et al.* “A luta é constante”: do movimento aquarela da população de rua ao movimento Nacional da população de Rua do rio Grande do Sul. *In*: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. R. (Org.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre: CirKula, 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA, Lara Denise Góes da. **Responsabilidade e desumanização: representações sociais sobre população de rua no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNDA, Mateus Freitas. **Me chamam rua, população, uma situação: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**, São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto 1999.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 9, n. 1, 257-272, 2002.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pág. 975-1004, dez. 2019.

FRIAS, Marcos Antonio da Eira *et al.* Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, n. 5, p. 766-772, 2014.

GARCIA, Maria Fernanda. Brasil: médicos se recusam e veterinários atendem moradores de rua. Observatório do terceiro setor. **Observatório do Terceiro Setor**, São Paulo, 20 out. 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/medicos-se-recusam-e-veterinarios-atendem-moradores-de-rua/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GEHLEN, Ivaldo.; SCHUCH, Patrice. (Org.). **Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: IFCH-UFRGS; FASC, 2016.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRUPO ÂNIMA EDUCAÇÃO (Ed.). **Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências**. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. 59 p.

GUSMÃO, Bruna Silva *et al.* Idoso em situação de rua e vivência em centros de acolhida: uma revisão de literatura. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 15, n. esp. 13, p. 313-331, 2012.

GUTIERREZ, Beatriz Aparecida Ozello *et al.* Reflexões bioéticas sobre o processo de envelhecimento e o idoso morador de rua. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 14, n. 2, 2009.

HUNGARO, Anai Adario *et al.* Pessoas em situação de rua: caracterização e contextualização por pesquisa censitária. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 5, p. e20190236, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico – 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censodemografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dosdomicilios>. Acesso em: 10 jun. 2021.

IRIGARAY, Tatiana. Quarti.; SCHNEIDER, Rodolfo. Herberto. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

LIMA, Marcelo. Alves. A Gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: a UnATI/UERJ. **Textos Envelhecimento**, v. 1, n. 2, p. 23-63, 1998.

LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

MACHADO, Simone Araújo. **O processo de rualização e o sistema único de assistência social/SUAS: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATTOS, Carine Magalhães Zanchi de. **Condições e modo de vida das pessoas idosas em situação de rua**. 2017. Tese (Doutorado em Gerontologia) – Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MATTOS, Carine Magalhães Zanchi de *et al.* O envelhecimento das pessoas idosas que vivem em situação de rua na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 205-224, set. 2016.

MATTOS, Carine Magalhães Zanchi de *et al.* Violência estrutural no modo e nas condições de vida de pessoas idosas em situação de rua. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 21, n. 4, p. 233-257, 2018.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, n. 1, p. 23-32, 2005.

MENDONÇA, Jurilza Maria Barros de; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Envelhecimento, redes de serviços e controle democrático no capitalismo recente. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 1, p. 142-151, jun. 2013.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; FERREIRA, Sílvio Rodrigo Alves. Velhice e saúde mental: desafios interseccionais para pessoas em situação de rua. **Conhecimento & Diversidade**, v. 12, n. 26, p. 49-62, 2020.

MOREIRA, Virgínia ; NOGUEIRA, Fernanda Nícia Nunes. Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. **Psicologia USP**, São Paulo: v. 19, n. 1, p. 59-79, jan./mar. 2008.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: Ipea, 2016. 2246 texto para discussão.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Organização Mundial da Saúde, 2015.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**. Tradução de Carla Filomena Marques. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PATINHO, Rafael A.; Faria, Lina. Reflexões teórico-epistemológicas para o estudo de práticas de exclusão social, In: LINA, F. (Org.). **Violências e suas configurações vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais**. São Paulo: Huditec Editora 2020.

PEREIRA, Camila. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo. Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 11, p.191-215, dez. 2011.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. **“No olho da rua”**: o serviço de atendimento social de rua em Porto Alegre – abordagem social de rua na sociedade contemporânea. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

QUINTINO, Julyana M. L & FARIA, Lina. Violências de gênero, violações de direitos reprodutivos de mulheres gestantes em situação de rua e que usam drogas em Salvador. *In: Violências e suas configurações vulnerabilidades, injustiças e desigualdades sociais*. São Paulo: Huditec Editora 2020.

SAAD, Paulo. Desafios de envelhecer no século XXI e as políticas públicas. *In: VARANI, G. et al. (Org.). VI Conferência Estadual da Pessoa Idosa – Desafio de envelhecer no século XXI e as políticas públicas*. Porto Alegre: Conselho Estadual da Pessoa Idosa, 2019. p. 25-39.

SANTOS, Augusta Bispo dos *et al.* Idosos rualizados: um desafio para as intervenções de enfermagem. *Revista de enfermagem UFPE on line*, p. 723-731, 2009.

SAWAIA, Bader Burihan *et al.* Psicologia e população em situação de rua: apontamentos sobre a produção científica no Brasil. *In: SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. (Org.). Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; DORNELLES, Aline Espindola. *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: FASC, 2012.

SILVA, Henrique Salmazo da; GUTIERREZ, Beatriz Aparecida Ozello. Dimensões da qualidade de vida de idosos moradores de rua do município de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 148-159, 2013.

SILVA, Sabrina Almeida da. **Estratégias de gestão para a promoção do acesso à justiça a pessoas idosas em situação de rua em centros de acolhida do município de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: desestruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SOUSA, Rosa Gouvea de; LOVISI, Giovanni Marcos. Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, v. 34, n. 5, p. 205-209, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.7, p.2315-2325, 2018.